

# Anais da Assembléia

CURITIBA, 29 DE AGOSTO E 3 DE SETEMBRO DE 1974

## ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

### COMISSÕES PERMANENTES

#### 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.ª LEGISLATURA

#### COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

### DIVISÃO DAS COMISSÕES

#### COMISSÕES TÉCNICAS

#### 7.ª LEGISLATURA — 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PRESIDENTE — Fabiano Braga Côrtes

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Ivo Thomazoni — Erondy Silvério — Paulo Camargo — Antônio Lopes Júnior — Wilson Fortes — Antônio Costa — Ovídio Franzoni — Quêlse Crisóstomo da Silva — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Luiz Roberto Soares — Borsari Netto — Fuad Nacli — Xenofonte Villanueva — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris Mário Caldart — (MDB)

SECRETÁRIO: Rita Celestino Soares

REUNIÕES: As quartas-feiras

#### COMISSÃO DE ORÇAMENTO

PRESIDENTE — Ovídio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (MDB)

Borsari Netto — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Igo Lasso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — Antônio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Antônio Belinati (MDB)

SECRETÁRIO: Elcy Silva Baptista

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PRESIDENTE: Antônio Maciel

VICE-PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Aryzone Araújo

SUPLENTE: Fuad Nacli — Borsari Netto — Ovídio Franzoni — Francisco Escorsin — Iris Mário Caldart (MDB)

SECRETÁRIO: Merlene Couto de Cristo

REUNIÕES: Condicionadas à existência da matéria

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

PRESIDENTE: Antônio Lopes Júnior

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Olavo Ferreira — Rosário Pitelli — Ivo Rocha

SUPLENTE: Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

PRESIDENTE: Domício Scaramella (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Gabriel Manoel

Ivo Rocha — Alvaro Dias (MDB) — Iris Mário Caldart (MDB)

SUPLENTE: Antônio Lopes Júnior — Ovídio Franzoni — Maurício

Fruet (MDB) — Antônio Belinati (MDB) — Nelson Buffara (MDB)

SECRETÁRIO: Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

PRESIDENTE: Aryzone Araújo

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Haroldo Bianchi — Xenofonte Villanueva — David Federmann

SUPLENTE: Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Basílio Zanusso — Aginaldo Pereira Lima — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE TURISMO

PRESIDENTE: Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE: Maurício Fruet (MDB)

Marciano Baraniuk — Wilson Brandão — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Lázaro Dumont — Borsari Netto — Wilson Fortes

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE FINANÇAS

PRESIDENTE: Quêlse Crisóstomo da Silva

VICE-PRESIDENTE: Alvaro Dias (MDB)

Gilberto Carvalho — Igo Lasso — Olavo Ferreira — João C. Fadel

SUPLENTE: Paulo Poli — Antônio Maciel — Wilson Fortes — Aginaldo

Pereira Lima — Rosário Pitelli — Antônio Lopes Júnior —

Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Terezinha Barbosa Moura e Claro

REUNIÕES: As terças-feiras

## COMISSÃO DE POLÍCIA

PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

VICE-PRESIDENTE: Arthur de Souza

Marciano Baraniuk — Antônio Costa — Francisco Escorsin — Nelson

Buffara (MDB)

SUPLENTE: Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício

Fruet (MDB) — Sebastião Rodrigues Júnior (MDB)

SECRETÁRIO: Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE REDAÇÃO

PRESIDENTE: Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE: Iris Mário Caldart (MDB)

Gabriel Manoel — Igo Lasso — Basílio Zanusso

SUPLENTE: Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont —

Antônio Lopes Júnior — Alvaro Dias (MDB)

SECRETÁRIO: Lélio Guimarães Sotelo-Maior

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PRESIDENTE: Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Aginaldo Pereira Lima — João Fadel — Arthur de Souza

SUPLENTE: Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antônio Maciel —

Quêlse Crisóstomo da Silva — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: José Tavares Canto Filho

REUNIÕES: Condicionadas à existência de matéria

## COMISSÃO DE OBRAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

PRESIDENTE: Borsari Netto

VICE-PRESIDENTE: Antônio Belinati (MDB)

Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Francisco Escorsin

SUPLENTE: Antônio Maciel — Aryzone Araújo — Wilson Brandão —

Wilson Fortes — Domício Scaramella (MDB)

SECRETÁRIO: Roberto Diniz Satyro

Divisão das Comissões, em 16 de abril de 1974.

**EDITAL DE CHAMAMENTO N.º 1-74**

O Diretor Geral da Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, atendendo ao disposto nos termos do parágrafo primeiro, do Art. 293, da Lei n.º 6174, de 16 de novembro de 1970, faz saber a MARIA MADALENA COLAÇO DE MATOS ocupante do cargo de nível PL "19", de Oficial de Serviços Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, que tendo sido verificado o seu não comparecimento no serviço por trinta (30) dias consecutivos, fica pelo presente EDITAL DE CHAMAMENTO, pelo prazo de vinte (20) dias contados de sua primeira publicação, convidado a justificar devidamente o seu não comparecimento ou fazer prova de que o mesmo se funda em motivo de força maior ou coação ilegal sob pena de dispensa por abandono de cargo nos termos do Art. 293, da já citada Lei.

E para que não alegue ignorância, é expedido o presente EDITAL DE CHAMAMENTO, que será publicado nos Diários da Assembléia e Oficial do Estado Gabinete da Diretoria Geral, em 23 de agosto de 1974.

(2) Eros Rüppel Abdala — Diretor Geral  
(3 vs. — 3a)

**4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura**  
**Ata da 143.ª Sessão Ordinária**

**Realizada em 29 de Agosto de 1974 - (Quinta-feira)**

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Srs. Deputados Muggiati Filho e Haroldo Bianchi.

As 10 00 horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Leopoldo Jacomet — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Ovídio Franzoni — Paulo Poli — Quilse Crisóstomo — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Fortes e Wilson Brandão (26); achando-se ausentes, os Srs. Deputados: David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Alvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Costa — Arizone Araújo — Basílio Zanusso — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Iris Caldart — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — João Fadel — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares — Olavo Ferreira — Paulo Camargo — Rosário Pitelli e Xenofonte Villanueva (21).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

**REQUERIMENTOS:**

— de autoria do Senhor Deputado Igo Losso, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 276-73.

— de autoria do Senhor Deputado Antônio Lopes Júnior, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 110-74.

**Requerimento**

Senhor Presidente.

Na forma em que dispõe o Regimento Interno e após ouvido o Plenário, o Deputado subscritor do presente, no uso de suas prerrogativas, requer seja consignado voto de regozijo pela passagem do 10.º aniversário de fundação da "Revista da Cidade", que se edita na cidade de Arapongas.

Aquele órgão de divulgação, mercê do trabalho honesto, dedicado e inteligente de sua direção, é sem favor algum, hoje, definitivamente, um dos mais destacados dentre os que se editam nesta terra, mantendo-se numa linha incorrigível no mister a que se propôs, ou seja, o de informar, instruir, criticar e reivindicar em prol não só de uma rica e vasta região, como de todo o Estado.

Ao atingir tal estágio, "Revista da Cidade" se faz merecedora da manifestação de júbilo de todo o povo do Paraná, em face das considerações já manifestadas.

Requer-se, finalmente, desta Casa, se favorável, seja dado conhecimento ao jornalista Dionysio Neto, Diretor daquela revista, através de expediente próprio que deverá ser enviado para o seguinte endereço: Avenida Arapongas, 224 — Caixa Postal, 661 — Arapongas.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1974.

(a) Muggiati Filho

**Requerimento**

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, requer, após ouvido o Plenário, seja oficiado à TELEPAR, solicitando sejam instalados telefones públicos, nas proximidades de edifícios com pelo menos 50 apartamentos.

A medida se faz necessária para atender a uma imensa população que necessita constantemente de telefone e que precisa ser atendida.

A TELEPAR, que tem se esforçado por atender a todos e a servir a população, por certo sentirá o problema daqueles que não têm, nem podem ter muito breve, os benefícios da telefonia.

Sala das Sessões, em 29 de agosto de 1974.

(a) Antônio Lopes Júnior

**PROJETO DE LEI:**

**Projeto de Lei n.º 132/74**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**DECRETA:**

Art. 1.º — Fica declarada de Utilidade Pública a Creche Vila Oliveira, com sede e foro no Município de Rolândia.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 28 de agosto de 1974.

(a) Xenofonte Villanueva

**JUSTIFICATIVA:**

A Creche de Vila Oliveira, situada no bairro operário da cidade de Rolândia, foi construída e é mantida através de doações da Paróquia local e contribuições da comunidade. Conta atualmente com instalações que lhe permitem atender a 90 crianças que ali permanecem do período compreendido entre às 6,00 horas e às 20,00 horas, a fim de que suas progenitoras, todas mães pobres, possam exercer humildes profissões.

Pelo trabalho realizado por sua direção e pelo muito que tem sido feito à comunidade, justifica-se a Lei que se propõe.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente e nem para o Grande Expediente, declaro encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**

com a presença de 26 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Xenofonte Villanueva, constante do Expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Resolução n.º 76-73, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura, e o Ministério da Agricultura, visando desenvolver atividades de Defesa Sanitária no Estado. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 444-68, que outorga Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Doutor João de Medeiros Calmon. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 90-70, que denomina Grupo Escolar Esmalado Caliman, o atual Grupo Escolar de Vila Operário, com sede no Município de Jandaia do Sul. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 02-73, que institui o Dia da Agropecuária no Paraná, a ser oficialmente comemorado no dia 19 de setembro de cada ano. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 31-74, que visa doar à Associação de Caridade — Proteção à Maternidade e à Infância da cidade de Rio Negro, o imóvel denominado Hospital Bom Jesus de Rio Negro, de propriedade do Estado e dá outras providências. — **Aprovado.**

**REDAÇÃO FINAL** — do Projeto de Lei n.º 43-74, que autoriza o Poder Executivo doar ao Ginásio Nossa Senhora das Graças, da cidade de Camborá, uma caminhonete Chevrolet, ano 1984, de propriedade que especifica. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Igo Losso, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 276-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do Expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 10.º aniversário de fundação da "Revista da Cidade", que se edita na cidade de Arapongas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 110-74. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente à TELEPAR, no sentido de que sejam instalados telefones públicos, nas proximidades de edifícios com pelo menos 50 apartamentos. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 3 de setembro, à Hora Regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 74-74, 86-74, 109-74 e 110-74.  
Levanta-se a Sessão.

**DECRETO LEGISLATIVO:**

**DECRETO LEGISLATIVO N.º 439-74**

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e tendo em vista o protocolado sob o n.º 7158-74, de 25 de agosto de 1974, deste Poder, observando o disposto na Resolução n.º 9611, de 20 de junho de 1974 do Tribunal Superior Eleitoral, e considerando que foram atendidas as exigências legais,

**R E S O L V E :**

conceder registro aos senhores JAYME CANET JUNIOR e OTAVIO CESÁRIO PEREIRA JUNIOR para como candidatos da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), aos cargos de Governador e Vice-Governador do Estado do Paraná, respectivamente, concorrerem as eleições indiretas a realizarem-se em data de 03 de outubro de 1974.

Paidico "Dezenove de Dezembro", em 29 de agosto de 1974.

a) JOAO MANSUR — Presidente

a) JORGE SATO — 1.º Secretário

a) JOSÉ MUGGIATI FILHO — 2.º Secretário

**4ª Sessão Legislativa da 7ª Legislatura**  
**Ata da 144.ª Sessão Ordinária**

**Realizada em 3 de Setembro de 1974 (Terça-feira)**

Presidência do Sr. Deputado Santos Lima, secretariada pelos Senhores Deputados Basílio Zanusso e Marciano Baraniuk.

A Hora Regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Santos Lima — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Antônio Belinati — Antônio Costa — Antônio Lopes Júnior — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Domício Scaramella — Erondy Silvério — Fuad Nacli — Gilberto Carvalho — Igo Losso — Ivo Rocha — Ivo Thomazoni — Luiz Roberto Soares — Marciano Baraniuk — Maurício Fruct — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovídio Franzoni — Paulo Camargo — Paulo Poli — Sebastião Rodrigues Júnior — Xenofonte Villanueva (28); achando-se ausentes os Senhores Deputados: João Mansur — Odilon Reinhardt — Alvaro Dias — Antônio Maciel — Arizone Araújo — Borsari Neto — Emílio Carazzai — Fabiano Braga Cortes — Francisco Escorsin — Gabriel Manoel — Haroldo Bianchi — Iris Caldart — João Fadel — Lázaro Dumont — Leopoldo Jacomet — Rosário Pitelli — Quilse Crisóstomo — Wilson Brandão e Wilson Fortes (19).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da Ata da Sessão Ordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

**OFÍCIOS:**

Da Aliança Renovadora Nacional, pelos seus representantes, Senhor Senador Accioly Filho e Borsari Neto, Presidente e Secretário Geral da ARENA, solicitando, na forma do que dispõe a Resolução n.º 9.611, de 20 de junho de 1974, do Tribunal Superior Eleitoral, o registro das candidaturas a Governa-

dor e Vice-Governador do Estado do Paraná, para as eleições indiretas a se realizarem no dia 04 de outubro do ano em curso, respectivamente dos Senhores Jayme Canet Júnior e Olívio Cesário Pereira Júnior. — Ao conhecimento da Casa e do Senhor Deputado interessado.

Sob o n.º 545-74, do Senhor Eng. Clovis Cunha Vianna, comunicando haver assumido, em data de 08 do mês próximo passado, o cargo de Prefeito Municipal de Foz do Iguaçu. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Sob o n.º 132-74, do Senhor Eng. Eros Vitor Ronchbach, comunicando haver assumido o cargo de Diretor Presidente da Companhia de Habitação Popular de Curitiba. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Sob o n.º 439-74, do Senhor João Queiroz Maciel, comunicando haver assumido, em data de 19 do mês próximo passado, as funções de Delegado Titular da Delegacia de Jogos e Diversões. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

Sob o n.º 258-74, do Senhor Francisco Neves Brasileiro, comunicando haver assumido, em data de 18 de junho do ano em curso, as funções de Delegado Regional da 4.ª Delegacia Regional da FUNAI, com sede nesta Capital, para as quais foi designado pela Presidência da Fundação Nacional do Índio. — Ao conhecimento da Casa. Agradeça-se.

#### TELEGRAMA:

Do Senhor Rubens Brustulin, nos seguintes termos: Congratulamo-nos membros Poder Legislativo motivo concessão Título Cidadão Honorário nosso Estado Senhor Horácio Sabino Coimbra constituindo justa homenagem insigne brasileiro pt sds. — Ao conhecimento da Casa.

#### REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Nelson Buffara, solicitando Regime de Urgência e inclusão na Ordem do Dia para o Projeto n.º 62-74.

#### Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve requer, no uso de suas prerrogativas regimentais, após ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos desta data, um voto de profundo pesar pelo desaparecimento de um dos vultos mais ligados às melhores e mais nobres lutas em prol do progresso do Paraná e irradiação de seu nome no concerto nacional — AVELINO VIEIRA, banqueiro que soube fazer-se credor não só da grande admiração dos altos círculos financeiros do País, como sobremaneira estimado pelo seu singular perfil de cidadão prestante e cuja bondade formava, com sua simplicidade admirável, um dos traços marcantes de sua personalidade.

Idealizador, impulsionador e consolidador da hoje prestigiada e renomada rede bancária Bamerindus, esteve sempre presente aos mais patrióticos esforços para que sua pátria encontrasse, nos caminhos de uma economia bem dirigida, o suporte ideal de um expansionismo seguro e altamente construtor.

Sua tenacidade e visão dos complexos problemas econômico-financeiros projetaram seu nome em todo o País, pelo que, em nome do mesmo, o Governo Federal tornou-o, justa e merecidamente, destacado membro do Conselho Monetário Nacional, honraria de que o Paraná, por todos os seus filhos, recolheu com carinho e aplausos sinceros.

AVELINO VIEIRA foi, por tudo isto, um gigante da devoção ao trabalho de benéficos frutos, o que torna sua perda uma lacuna preenchível, quer no seio de sua ilustre família como nas fontes provocadoras dos estímulos à iniciativa privada.

Esta Casa associa-se, pois, às incontáveis manifestações de pesar pelo infausto acontecimento, reverenciando sua memória e tendo seus exemplos como força de conscientização de seus grandes deveres para com a terra e gente paranaenses.

Dê-se à família enlutada conhecimento da decisão da Casa.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1974.

(a) Ivo Thomazoni

#### Requerimento

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, requer a inserção na Ata de nossos trabalhos, de voto de profundo pesar pelo falecimento de AVELINO A. VIEIRA.

Homem de extraordinária visão no campo econômico financeiro, Avelino Vieira liderava um dos maiores complexos financeiros do País — O Grupo Bamerindus, além de ser membro do Conselho Monetário Nacional, escolha que se revestiu de grande importância para o Paraná.

Paranaense de Tomazina, Avelino Vieira ao falecer deixa viúva a Senhora Maria José e os seguintes filhos: Claudio, Norma, Edson, José Eduardo, Maria da Glória, Maria Lúcia, Luiz Antonio e Maria Cristina, aos quais da aprovação deste seja dado conhecimento.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1974.

(a) Fnad Nacli

#### Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado em Ata voto de profundo pesar, pelo infausto passamento do banqueiro Avelino Vieira, ocorrido domingo último em São Paulo, dando-se ciência à família enlutada.

Natural de Tomazina, Avelino Andrade Vieira, era Diretor Presidente do Conglomerado Bamerindus, uma das maiores organizações do gênero no País, exercendo ainda, inúmeras atividades, inclusive de membro do Conselho Monetário Nacional.

Ex-Deputado Estadual desta Casa de Leis, Avelino Andrade Vieira, tornou-se um dos capitães do mundo financeiro do País, ao colocar em extraordinária posição a Organização Bamerindus mercê de seu dinamismo, despreendimento e visão fora do comum dos complexos negócios bancários.

Seu prematuro desaparecimento, causou grande consternação junto aos meios econômicos, sociais e políticos do Estado.

O Paraná perde assim um dos seus filhos mais dinâmicos e empreendedor.

Sala das Sessões, em 03 de setembro de 1974.

(a) Hélio Manfrinato

#### Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos desta Casa, de um VOTO DE PROFUNDO PESAR, pelo falecimento do Senhor KIYOSHI ODA.

O referido Senhor era genitor do Dr. Akira Oda, foi ex-Vereador de Maringá, e pessoa muito conceituada em todo Município.

Outrossim, solicita, ainda, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada, na pessoa do Senhor Akira Oda, de Maringá.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1974.

(a) Jerge Sato

#### Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais e logo após ouvido o Plenário requer:

Considerando a constante e crescente intranquilidade reinante na região Oeste do Estado com os graves problemas de terras, onde os entreschoques pela disputa da posse tem causado a morte de muitas dezenas de litigantes, além de um criminoso entrave no desenvolvimento e progresso da região, consequentemente da Pátria;

Considerando que tais fatos desagradáveis são constantemente trazidos a nosso conhecimento, e os testemunhamos, como o caso específico com a documentação em anexo; e no qual se veem até autoridades implicadas, ou inadvertidamente envolvidas;

Considerando de outra parte, o envolvimento de problemas complexos quanto à capacidade e problemática nas soluções definitivas dos litígios;

Ao mesmo tempo que fazemos veemente apelo, sugerimos, respeitosamente, e na sublime intenção de bem e patrioticamente proceder, que os indicados Órgãos de Segurança, no caso do Glorioso Exército Nacional e Secretaria de Segurança do Estado, se unam, estudem e estruturam por encontrar uma fórmula digna e justa, humana e cristã no sentido de impor-se na região uma ação eficaz, com a presença constante de efetivos militares, a garantir a paz, o sossego e a tranquilidade para que mais e melhor ocorram condições de trabalho e produção nas melhores e mais produtivas terras do nosso País além de evitar-se a multiplicação de mortes;

O presente apelo é dirigido ao Excelentíssimo Senhor General Comandante da 5.ª Região Militar e ao Excelentíssimo Senhor General Secretário de Segurança do Estado.

Sala das Sessões em 29 de agosto de 1974.

(a) Iris Caldart

#### Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje um voto de congratulações ao Senhor Reinhold Stephanes que recentemente assumiu a Presidência do I.N.P.S., pelas suas declarações quando afirmou pretender eliminar a burocracia daquele órgão previdenciário.

As afirmações, Sr. Presidente, do novo dirigente da citada autarquia, causaram pasmo à população brasileira, que vê no INPS uma inoperância total, emperrada pela sua burocracia, e que nada traz de proveito ao seu filiado.

Hoje em dia INPS é sinônimo de fila e a disposição de seu novo Presidente, em princípio parece trazer um novo alento àqueles que necessitam da previdência nacional.

Solicitamos, outrossim, seja enviado apelo ao Sr. Reinhold Stephanes, no sentido de que o mesmo procure apressar a tramitação dos processos de convênios com hospitais, principalmente do interior, visando um melhor atendimento à população, necessitada de tratamento médico.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1974.

(a) Domicio Scaramella

#### Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, solicita de Vossa Excelência que após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente aos Exmos. Srs. Presidente da República, General Ernesto Geisel, Ministro da Indústria e Comércio, Severo Fagundes Gomes e ao Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café, Dr. Camilo Calazans, manifestando o irrestrito apoio desta Casa às sugestões formuladas pelo Sr. Mário da Cunha Franco, do Centro do Comércio do Café de Londrina, com relação à política cafeeira.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1974.

(a) Olavo Ferreira

#### Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares requer, na forma regimental se oficie ao Excelentíssimo Senhor Dr. Celso Saboia, digníssimo Presidente do Banco do Estado do Paraná, encarecendo a Sua Excelência, a urgência na necessidade em se instalar no Município de São José da Boa Vista, uma agência do Banco do Estado do Paraná.

São José da Boa Vista, progressista cidade do Norte Pioneiro, dista de Jaguariava 70 km, onde existe agência do Banco do Estado mais próxima.

Os Municípios de Santana do Itararé e Wenceslau Braz, muito seriam beneficiados com a instalação dessa agência, eis que distam 28 e 20 km, respectivamente de São José da Boa Vista.

Anexamos a este maiores dados referente ao Município em apreço.

Requeiro outrossim que após a aprovação deste se de ciência ao Exmo. Senhor Prefeito e respectiva Câmara Municipal de São José da Boa Vista.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1974.

(a) Paulo Poli

#### Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER na forma regimental se oficie ao Excelentíssimo Senhor Dr. EDMUNDO MERCER JUNIOR, Digníssimo Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encarecendo a Sua Excelência da necessidade urgente em se criar em Terra Roxa, uma nova Comarca.

Terra Roxa, um dos mais progressistas municípios do Oeste Paranaense tem condições de sobra em se tornar uma das grandes Comarcas do Estado, conforme documentos já encaminhados ao Digníssimo Presidente do Poder Judiciário.

Requeiro, outrossim, após aprovação deste se de ciência ao Exmo. Senhor Prefeito de Terra Roxa e a colenda Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, 3-9-74.

(a) Paulo Poli

#### Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, requer, após ouvido o Plenário se oficie ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco do Brasil, no sentido de que se estude da possibilidade em criar na cidade de Dois Vizinhos, uma Agência do Banco do Brasil.

Dois Vizinhos, município situado em pleno coração do Sudoeste, possui

dor de terras as mais férteis do Paraná, uma cidade das mais promissoras da região, possuindo uma colonização das melhores do Brasil, em sua maioria composta de excelentes agricultores é hoje o maior celeiro do Brasil.

Nada mais justo portanto, em se instalar naquela cidade uma Agência do Banco do Brasil.

Requeiro, outrossim, após a aprovação deste se oficie aos Exmos. Srs. Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e Câmara Municipal, dando-lhes ciência e solicitando sejam enviados ao Excelentíssimo Senhor Presidente do Banco do Brasil, maiores dados que servirão de base para a montagem do Processo, visando a criação da Agência do Banco do Brasil em Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, 2.09-74.

(a) Paulo Pelli

#### Requerimento

Senhor Presidente,

O Deputado que o presente subscreeve no uso de suas atribuições REQUEIRO, após ouvido o Pleiário, se oficie ao Excelentíssimo Senhor Ministro NEY BRAGA, da Educação, no sentido de que se estude da possibilidade, em criar na cidade de Dois Vizinhos uma Faculdade de Agronomia.

Dois Vizinhos, município situado em pleno coração do Sudoeste, possuidor de terras as mais férteis do Paraná, uma das cidades mais promissoras da região, possuindo uma colonização das melhores do Brasil, em sua maioria composta de excelentes agricultores é hoje o maior celeiro do Brasil.

Nada mais justo portanto, em se criar, naquela cidade, uma FACULDADE DE AGRONOMIA.

Requeiro, outrossim, após a aprovação deste, se oficie aos Exmos. Srs. Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e Câmara de Vereadores, dando-lhes ciência e solicitando sejam enviados ao Exmo. Senhor Ministro Ney Braga, maiores dados que servirão de base para a montagem do processo visando a criação da FACULDADE em Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, 2.09-74.

(a) Paulo Pelli

#### Requerimento

Senhor Presidente,

O Deputado que abaixo subscreeve, de acordo com o Regimento Interno, requer de Vossa Excelência a designação de um Deputado desta colenda Casa para representá-la no culto de Ação de Graças que a Sociedade Evangélica Beneficente fará realizar dia 5 deste às 20,30 horas no Templo da Comunidade Luterana pela passagem do 31.º ano de sua criação e 15.º da fundação da Faculdade Evangélica de Curitiba.

Sala das Sessões em 3 de setembro de 1974.

(a) Olavo Ferreira

#### PROJETOS DE LEI:

##### PROJETO DE LEI N.º 133-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — Autoriza o Governo do Estado do Paraná, a criar no Município de Dois Vizinhos, uma Inspeção Regional de Ensino, com jurisdição nos seguintes Municípios: São Jorge, São João, Tapejara, Salto do Lontra, Realeza, e Santa Izabel.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### JUSTIFICATIVA

Dois Vizinhos, município situado em pleno coração do Sudoeste, possuidor de terras as mais férteis do Paraná, uma das cidades mais promissoras da região. Com a criação de uma Inspeção Regional de Ensino, que irá atender uma vasta região abrangendo os municípios acima mencionados, irá proporcionar melhor atendimento na área escolar, haja visto que atualmente sua jurisdição está afeta à Inspeção Regional de Pato Branco, que devido a distância, mais de 100 km, de distância, está dificultando o entrosamento do ensino em toda região.

Nada mais justo portanto a criação, naquele município, de uma Inspeção Regional de Ensino.

Sala das Sessões, 2.09-74.

(a) Paulo Pelli

##### PROJETO DE LEI N.º 134-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### Decreta:

Art. 1.º — O art. 1.º da Lei n.º 6 de 18 de fevereiro de 1959 passa a ter a seguinte redação: Artigo 1.º — O tempo de serviço público prestado pelos ex-serventários da Justiça, compreendendo os titulares e respectivos auxiliares, bem como o tempo de serviço dos servidores da Associação dos Servidores Públicos do Paraná e da Cooperativa do Estado, será contado para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 3 de setembro de 1974.

(a) Gilberto Carvalho

#### JUSTIFICATIVA:

Objetiva o presente plano de lei sanar grave injustiça, reparando uma situação de fato, suscitada pela expressão infeliz "será contado para os atuais funcionários públicos", contida no Art. 1.º da Lei n.º 6 de 18 de fevereiro de 1959, que se pretende modificar. Analisada a expressão "para os atuais", pelos estímulos e interpretações dos órgãos jurídicos do Estado, chegou-se à conclusão, que centenas de funcionários públicos, que anteriormente prestaram relevantes serviços nos diversos órgãos de Justiça, na Associação dos Servidores Públicos do Paraná e na Cooperativa Mista do Estado, foram aliçados do benefício da contagem de tempo, porque sido admitidos em data posterior à vigência da Lei. O autor do Projeto, que obteve sua transformação em Lei, foi deveras infeliz ao usar aquela expressão, criando exceção odiosa, de consequência danosa aos que ingressaram à posteriori no serviço público. Nestas condições, o presente Diploma Legal não tem outra conotação, senão de restabelecer o império da justiça assegurando a todos os benefícios contidos no Art. 1.º da Lei n.º 6/59.

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Não havendo oradores inscritos para o Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Grande Expediente, Sr. Deputado Olavo Ferreira.

O SR. OLAVO FERREIRA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Por diversas vezes ocupamos a Tribuna desta Casa para trazer ao conhecimento dos Srs. Deputados problemas com respeito a diferentes setores da vida paranaense em todos os vários escalões em que se estrutura a nossa comunidade.

Inúmeros foram os pronunciamentos feitos nos Anais, abordamos problemas do café, do soja, do trigo, além de assuntos relacionados com a economia, pecuária e bem assim, os de caráter eminentemente político. Hoje, no entanto, assumimos esta Tribuna para ressaltar, com muita alegria, o que a Sociedade Evangélica Beneficente vem realizando no campo social, assistencial e educacional em Curitiba.

Fundada em 25 de junho de 1943, por pastores e leigos, que tinham como bem disse um pensador. — Homens que tendo como ideal um barco no coração e a bússola na cabeça, não haveria tempestade que o afundasse ou alguém que pudesse desviar-lhes o rumo certo.

Acreditando nos altos propósitos da obra que iriam realizar, depositaram toda a sua confiança em Deus e no povo generoso do Paraná encimado pelas autoridades estaduais e municipais. Após quatro anos de iniciativa a empreitada de amor e fraternidade, foi lançada a pedra fundamental do Hospital Evangélico de Curitiba, e a 5 de outubro de 1959 começaram as suas atividades.

Da fundação até agora, em 1974, nos 15 anos de trabalho Hercúleo e Mercê de Bordosas contribuições e estímulos de ordem recebidos, o Hospital tem uma vasta ilha de serviços e de socorros prestados indistintamente aos que sofrem o flagelo das enfermidades.

Foram anos de dedicação e de luta em que a fraternidade humana foi rigorosamente testada e a obra consolidou-se no tempo e no espaço. Contudo, a sociedade que norteava a obra, sentiu que problemas paralelos, consequentes ao próprio crescimento do hospital, exigiam realizações que dessem solidez e estrutura definitiva à Casa de Saúde.

Foi assim que se criou a Escola de Auxiliares de Enfermagem, em 24 de maio de 1967, e que já formou várias turmas de preciosos auxiliares que hoje dão a sua meritória contribuição em nossos hospitais.

Motivada pelo sucesso do hospital e da Escola de Enfermagem, não teve dúvida a Sociedade Evangélica de adentrar mais ainda no setor educacional. E pelos Decretos 63.987 de 13 de janeiro de 1969 e 64.674, de 10 de junho de 1969, foi autorizado o funcionamento da Faculdade Evangélica de Medicina. Hoje já tradicional em nossos meios culturais e científicos e com a sua primeira turma de médicos formada.

Indo mais além, a Sociedade veio a criar, em novembro de 1970, o Cemitério Parque Jardim da Saudade, cuja obra foi completada em 1971, com a criação também da Funerária da Saudade, que tantos e tão assinalados serviços tem prestado. Evidentemente, que o crescimento de todas as obras que se propôs a realizar a Sociedade Beneficente Evangélica, não é devido tão somente à visão e à pertinácia dos homens que a comandam mas, acima de tudo, foram levadas ao feliz termo em que se encontram, servindo à coletividade paranaense, em setores diversos da vida comunitária, pela infinita misericórdia do Pai Celestial, ele tem abençoado as iniciativas de tão elevada destinação fraternal e cristã.

Isto ainda mais se evidencia pela criação da Clínica de Queimados, em 1970, a qual detém no Paraná a primazia desta especialidade médica, servindo a dezenas de pessoas atingidas pela calamidade das queimaduras. Nesta oportunidade, é mister e imperativo que se ressalte a contribuição dos Governadores do Estado, mormente desse homem generoso e sensível que é S. Exa. o Governador Emílio Gomes. Tudo o que já se disse seria bastante para fixar a linha de conduta altamente fraternal da sociedade, que não se satisfazendo com os louros dos êxitos alcançados e compreendendo que ainda há muito para se fazer, fundou, em 1971, o Montepio Evangélico Brasileiro, hoje com rede de agentes e de associados por quase todos os Estados do País.

Lembrando as palavras de certo pensador, tão oportunas ao nosso assunto: "Benditas as mãos que semearam estas obras. As mãos são órgãos da mente e do coração, as quais trabalham dia e noite. São elas que semeiam a cultura: fruto da semente da instrução e educação que culminam no progresso da conquista da terra, das profundezas dos mares e domínio do espaço, mostrando que o homem tem alguma coisa de divino. São as mãos que fazem a beneficência: fruto da semente do bem. Hospitais, asilos, orfanatos, enfermeiros, médicos, essa falange interminável que ergue com as mãos os samaritanos prostrados ao solo, ensanguentados, são os frutos da semente semeada com as mãos. Sim! É com as mãos que se semeia".

Para testemunhar a sua gratidão ao criador pela messe de generosas benções recebidas, a Sociedade Beneficente Evangélica fará realizar no próximo dia 5 de setembro, no Templo da Comunidade Luterana, à rua Trajano Reis, um culto de ação de graças pelos 15 anos de copiosas dádivas recebidas de Deus quando da realização de obras em benefício do povo, com o auxílio e contribuição generosa de toda a comunidade, inclusive das autoridades.

Fica aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nosso convite para esse culto de ação de graças, no dia 5 de setembro, a ser oficiado pela Sociedade Evangélica Beneficente, como agradecimento por tudo o que ela pode fazer merecedora da misericórdia e do amor de Deus.

Queremos também aproveitar a oportunidade para apresentar um Requerimento em que solicitamos de V. Exa. a indicação de um Sr. Deputado para que esta Casa se faça representar na referida cerimônia religiosa.

Continuando, gostaríamos de comentar um memorial publicado no jornal "O Estado do Paraná", memorial que está sendo enviado ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café e ao Ministro de Comércio e Indústria, por um dos Diretores do Centro de Comércio do Café do Norte do Paraná.

O cafeicultor Mário da Cunha Franco, de Londrina, enviará amanhã um telex ao Governo do Estado e Instituto Brasileiro do Café, apresentando quatro sugestões para maior estímulo à produção do café em nosso Estado. Segundo ele, as sugestões virão aliviar a crise, se aceitas, que está ocorrendo com a comercialização do café no Norte do Estado, e viriam a motivar o lavrador para a renovação do parque cafeeiro paranaense, que atualmente enfrenta problemas de preços.

O cafeicultor resalta que a paralisação da comercialização do café existe a nível dos interno e externo, prejudicando também os ensacadores do Porto de Paranaguá e Santos (onde 4.500 estão sem trabalhar e em competição com os armadores). Em decorrência disso os corretores também enfrentam crise. E, contrariando várias opiniões, resalta que não haverá substituição da plantação de café por outras colheitas.

As sugestões são as seguintes: 1.º) liberar a exportação para o café até o Tipo 8; 2.º) antecipar o preço de garantia de 1.º de outubro para amanhã; 3.º) solicitar ao IBC para que adquira café até Tipo 8 (o Instituto compra atualmente só café até o Tipo 6) sem discriminação de peneira (bica corrida) com o escalonamento de preço de 5 cruzeiros por Tipo, ou seja, Tipo 7 a

385.00 por saca de 60 quilos e Tipo 8 a 380.00, 4.º) solicita que sejam anunciados os novos preços de garantia a 1.º de janeiro de 1975 (preços condizentes com os custos de uma lavoura média).

Para o cafeicultor um lavrador não pode receber apenas 320 cruzeiros por saca de café. "Um produtor que tem a plantação em curva de nível tem condições de combater a ferrugem, pois há espaçamento de uma largura de quatro metros e os pés são plantados de meio até dois metros. Os cafeicultores que trabalham com lavouras fechadas têm baixa produção, que chega de 35 a 80 sacas/roça por 1.000 pés. Para que a solução surja, existe necessidade de se pagar um melhor preço por saca".

Mário da Cunha Franco analisa a produção brasileira para este ano: "é estimada em 26 milhões de sacas. Há mais um estoque com firmas particulares de três milhões, o que totaliza 29 milhões. Na pior das hipóteses, o Brasil vai exportar 14 milhões, sendo que o normal é de 16 a 18. Sobraria para o Instituto Brasileiro do Café apenas 4 milhões, descontadas as sacas reservadas ao consumo interno. A única forma de solução para este problema seria a abertura da exportação, uma vez que os estoques dos Estados Unidos estão se reduzindo".

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Queremos, com o nosso Requerimento, apoiar na totalidade este telex que está sendo enviado ao Sr. Governador do Estado e às autoridades federais. Acrescentaria mais ainda: o Governo Federal deveria comprar de imediato toda a safra cafeeira, que é pequena demais. Não adianta financiar a 390 cruzeiros, quando o preço sem comprador, o preço correto, é de 320 cruzeiros. Seria preferível que toda a safra fosse comprada a 450 cruzeiros e não caísse sobre os ombros do lavrador o ônus de juros, de sacaria, de impostos e de outras despesas mais, de armazenamento, que representam 10 cruzeiros por mês e por saca.

Sr. Presidente, também pedimos uma antecipação de outubro para imediatamente e também uma fixação de janeiro para que haja um novo alento ao cafeicultor. Não acreditamos, e já repetimos isso por diversas vezes desta Tribuna, que a safra do Paraná seja de 9 milhões de sacas. Deus queira que isto aconteça. Mas tenho sérias dúvidas. Talvez não atinjamos nem 6 ou 7 milhões de sacas. Portanto, poderia, perfeitamente, o Governo Federal, procurar minorar esta fase difícil porque passa a cafeicultura nacional, e criar novos estímulos para o plantio do café que quer queiram ou não o café ainda represente uma grande riqueza para a economia nacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, já vimos, lamentavelmente, um desastre com o soja já vimos, também o desastre com o trigo contrário é claro, com a vontade do Governo. Por mais de cinquenta dias sofrimos terríveis secas o que veio prejudicar os trigais. Em vez dessa seca deveríamos ter tido chuvas abundantes para que o trigo pudesse ser colhido. O Governo não é culpado, não podemos, de maneira alguma, jogar este onus sobre o Governo. Aquilo que é da vontade de Deus temos que aceitar, mas o Governo, através de medidas cabíveis saberá resolver esta situação que já está se tornando bastante aflição entre os agricultores paranaenses.

Criolo, Sr. Presidente, que os telex, os pronunciamentos e os apelos deverão ser atendidos. Tomamos conhecimento que o Governo preocupado com o problema, já mandou abrir as portas do Banco do Brasil seu principal estabelecimento de crédito, a fim de que financiamentos fossem feitos para que todos os lavradores sentissem que, neste aspecto, estão sendo amparados.

O Sr. Hélio Manfrinato — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa., através de seu discurso, vem fazendo apelo no sentido de que os agricultores paranaenses sejam devidamente amparados.

Os agricultores do soja já colhido, que não sofreu as consequências climáticas, sofreu as consequências de preço principalmente o pequeno lavrador que já entregou o produto colhido às mãos dos intermediários.

Por ocasião da visita do Sr. Ministro da Agricultura ao nosso Estado, foi S. Exa. à televisão e determinou que todos os plantadores de soja entregassem o seu produto ao preço de 50 ou 52 cruzeiros aos grandes compradores. Hoje esse produto está sendo vendido a 100 ou 110 cruzeiros a saca.

Com respeito a cafeicultura verificamos que se pretende alterar o preço do produto a 15 de dezembro. Pelo menos isto é o que diz o Presidente da autarquia. Não está mais nas mãos dos homens que tem mãos calejadas o preço justo para ser produto. O preço do adubo na região encontra-se a Cr\$ 3,50 o quilo, enquanto que o preço do café é de Cr\$ 4,50, havendo, portanto, uma diferença de um cruzeiro. Além disto tem o lavrador que adquirir fungicidas contra a ferrugem veneno contra a praga e mão de obra que é abandonada nos campos agrícolas. Tudo isto soma o enfraquecimento da base fundamental de nossa economia. Muito obrigado.

O SR. OLAVO FERREIRA — Muito obrigado. Se V. Exa. esteve presente em Sessões passadas nos meses de maio, abril, julho, terá visto que por diversas vezes ocupamos esta Tribuna e fizemos pronunciamentos fazendo apelos para os plantadores de soja que não vendessem seu soja.

Não fazíamos aqui, naquela oportunidade, nenhuma profecia, absolutamente. Recentemente, não concordamos. Acharmos até, como homem de Governo, que foi bastante infeliz Sua Excelência o Sr. Ministro, quando se pronunciou em Foz do Iguaçu, a favor da venda do soja.

Entretanto, Sr. Presidente, desejo defendê-lo porque não era também profeta o Sr. Ministro, e não tomava conhecimento de uma prolongada estiagem nos Estados Unidos, e posso informar a Sua Excelência — por um telefonema que há dois dias passados recebi da Califórnia — que está a uma temperatura de 45.0, aquele País, e há mais de 70, 80 dias, sem um pinga d'água sequer, sem chover. Também não poderia adivinhar. Eu aqui fazia um apelo veemente, que não vendessem, porque achávamos que deveríamos aguardar melhores condições mas, não poderíamos adivinhar, profetizar que haveríamos de ter, lamentavelmente, uma prolongada e quase que interminável seca, nos Estados Unidos, com uma quebra de 25% da sua produção que representa exatamente, a produção brasileira.

Aqui então houve um esforço do Brasil e do Governo do Paraná em Campo Mourão — PLANTAR O TRIGO — para recomensar pelo menos em parte a grande quebra do soja que tivemos no preço. O que aconteceu, nobre Deputado, a estiagem de 50 dias que também foi imprevisível, que também não estava nos nossos cálculos nem nos de V. Exa. nem nos daqueles que plantaram, e nem do Governo. Infelizmente ela veio, não podemos transferir esta responsabilidade inteiramente ao Governo, a vontade de Deus é soberana, talvez nós a merecéssemos. Estamos sofrendo junto com o lavrador, sentindo seu drama e o seu problema, mas não é com isso que iremos explorar a miséria daqueles que estão sofrendo; estamos sim, apelando ao Governo do Estado, apelando às autoridades para que sintam, como V. Exa. sente e como nós estamos sentindo, para que venham com medidas outras para aliviar esta situação que é completamente adversa e contrária à vontade nossa. Já veio aí a resposta, em parte: as portas do Banco do Brasil abertas, financiamentos amplos e até sem juros, e verão também, nobre Deputado, como homens de Governo, o Sr., digamos que faça as críticas mas também apresente aqui sugestões e sempre as fez aqui, desta maneira verão também financiamentos para

as inseticidas, para os insumos e todos eles sem juros. É uma contribuição que está dando o Governo, numa situação.

Então, quando faço aqui um apelo, e o confirmo "in totum", as medidas de apelo que fiz ao Diretor do Centro de Comercialização do Café, pela antecipação do preço para outubro, peço que seja cumprido imediatamente e não, antecipado; peço que seja fixado; também faço como homem de Governo e como cafeicultor que sou.

Portanto, nobre Deputado, fazemos coro com V. Exa. em grande parte do aparte que V. Exa. nos honrou nesta oportunidade mas, não gostamos e nunca iríamos transferir toda a responsabilidade às nossas autoridades, porque também as coisas que acontecem, às vezes acontecem contra a própria vontade do Governo.

O Sr. Hélio Manfrinato — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, quero congratular-me com V. Exa. porque V. Exa. faz um discurso como um homem da Oposição, sentindo os problemas, criticando construtivamente...

O SR. OLAVO FERREIRA — Mas esta é a função, nobre Deputado, do Deputado da Situação, é a minha função.

O Sr. Hélio Manfrinato — Mas são críticas construtivas, é um dever de todos nós: As consequências climáticas talvez não viessem atingir um problema assim com tanta gravidade. V. Exa. sabe, isso foi um fenômeno da natureza com o plantio do trigo. Como V. Exa. disse, o plantio de soja teve condições de financiamento, e o produto como analisou V. Exa., deve ser aguardado para também ser vendido na hora exata.

Mas é necessário que o pequeno lavrador tenha o seu produto financiado em Bancos. Porque este financiamento sempre é feito através de notas promissórias e cédulas rurais, e se os títulos vencerem não têm apelação. Eles são visitados pelo gerente, que exige o pagamento de imediato, e não havendo condições de pagamento eles são obrigados a entregar o produto por um preço miserável.

O Banco do Brasil está de portas abertas, não cobra juros nem correção monetária porque tudo isso está incluído no preço da mercadoria. V. Exa. me perdoe eu ter que fazer um pronunciamento deste, mas eu me dirijo com respeito a V. Exa. desde que assumiu a cadeira nesta Casa. Mas é necessário que V. Exa. saiba que toda esta fórmula que está oferecendo aos lavradores, nada valerá, isso é influência da época eleitoral, porque na realidade os grandes financiamentos são feitos aos grandes agricultores, e os pequenos, ficam sobre as garras de bancos particulares. Inclusive pode-se observar, quando esses lavradores não pagam uma cédula rural, os títulos são encaminhados ao Cartório de Protesto, o que é realmente vergonhoso, mas infelizmente, é o que está acontecendo.

V. Exa. tem por mim a maior admiração. V. Exa. está trazendo subsídios valiosos em seu pronunciamento, por isso eu peço desculpas pelo reparo que faço ao discurso de V. Exa.

O SR. OLAVO FERREIRA — Apenas, eu queria dizer, que vive o mundo inteiro envolto numa crise talvez desconhecida na sua história.

Quando lemos nos jornais que um banco alemão dos mais fortes veio à falência. Que só na cidade de Colônia houve um prejuízo de 500 milhões de marcos, são 1 bilhão e 400 milhões de cruzeiros à Arquidiocese Católica. Quando nós lemos pelos jornais que três bancos norte-americanos, um deles dez vezes maior do que o BRASESCO, que é a maior rede bancária nacional, vai à falência nós então verificamos, nobre Deputado, que o mundo inteiro está envolvido numa crise econômica sem precedentes. Quando lemos os jornais e percorremos a América do Sul inteira e vemos que a inflação invade todos os países sul-americanos na base de 80 a 90% e que a própria Nação norte-americana que nunca conheceu a inflação além de um e meio a dois por cento, hoje atinge 23%. Ficamos seriamente preocupados não só com o que se passa em nosso País mas com o que se passa no mundo inteiro.

O Sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, V. Exa., para defender a atual situação do Brasil, está fazendo o alusão à crise econômica por que atravessam vários países. Como V. Exa. abordava da Tribuna o problema ligado à agricultura gostaríamos aqui de frisar o grande descontentamento que causou ao produtor de soja do Paraná o pronunciamento feito na cidade de Foz do Iguaçu pelo Ministro da Agricultura que mandou os produtores do soja venderem seu produto, afirmando que o preço do soja não subiria. Muitos venderam o soja a 47, 50 ou 60 cruzeiros a saca, confiando na palavra do Ministro da Agricultura de que o soja não subiria de preço. Depois que o produto foi vendido e grande parte do soja estava nas mãos da Anderson Clayton e da Cargil, que não são empresas nacionais, o soja teve uma alta de preço, chegando a quase 100 cruzeiros a saca. Chegamos, como Deputado da Oposição, a dizer que o Ministro da Agricultura deveria ser responsabilizado porque fez um pronunciamento no Paraná, para todo o Brasil, dizendo que o soja não subiria e o produtor, o homem simples que confia em todo o mundo, que acredita principalmente nas nossas autoridades, viu que lamentavelmente as palavras do Ministro da Agricultura não tinham razão de ser. O produtor conflou e saiu ludibriado. Com respeito à crise econômica, gostaríamos de frisar que o padrão de vida do Brasil é bem mais baixo que o da Argentina. País que vive em permanente crise. E aqui onde o próprio Ministro da Fazenda confirma que a inflação será de 30% ou mais, quando sabemos que em alguns setores o custo de vida dobrou, anuncia o Ministro que o aumento do salário não poderá ser superior a 28%. A situação do assalariado vai se complicar porque o salário não poderá subir mais de 28%, enquanto que o custo de vida subirá em 30%. Aproveitamos a oportunidade para lamentar, como já dissemos, que o pronunciamento do Ministro da Agricultura tenha prejudicado alguns milhões de brasileiros.

O SR. OLAVO FERREIRA — Obrigado. Lamento profundamente que V. Exa. tenha chegado atrasado e não tenha acompanhado nosso raciocínio, porque no início de nossa oração, já tínhamos, aqui, num aparte que recebemos de S. Exa. o Sr. Ministro. Mas, já que V. Exa. volta ao assunto, data vinda dos Srs. Deputados, gostaria apenas de repetir que, lamentavelmente, também o Sr. Ministro não tem o dom da profecia e nunca poderia, portanto, adivinhar que dali 70 ou 80 dias, uma seca assolaria os Estados Unidos, dando uma quebra de 25 por cento na sua produção. Quando aqui, também, sérias advertências foram feitas pelos homens do Governo, não só por nós, mas por outros ilustres Deputados da Oposição, para que não se vendesse o soja, contrariando inclusive, essa orientação do Sr. Ministro. Mas, não porque sabíamos, ou profetizávamos, que uma seca iria assolar os Estados Unidos. Como também não poderíamos adivinhar, nem de leve, que o Sr. Governador do Estado fosse fazer, em Campo Mourão, aquele apelo veemente para que se plantasse o trigo para compensar o soja, e que a chuva só chegasse 50 dias depois. Mas, as chuvas chegaram e tão fortes agora que irão prejudicar a colheita do trigo, e mais ainda, contribuir para a baixa qualidade do café que ainda está sendo colhido.

Portanto, nobre Deputado, todas as observações feitas por V. Exa. nós já



fizemos, não as transferimos a quem quer que seja. Mas, levantamos uma bandeira como homem do Governo, e fizemos essas observações e críticas, mas críticas não por querer criticar, mas apenas para fazer um apelo ao Governo para que fossem tomadas medidas que se faziam necessárias, algumas já foram tomadas, outras ainda vão ser, para suavizar essa situação. Porque, infelizmente, fazemos parte de um complexo internacional e fomos apanhados por uma crise internacional. E mesmo o Japão, que é uma super potência, está inteiramente arrasado, porque lhe falta aquilo que mais precisa, o petróleo que ele importa, para exportar todos os produtos manufaturados.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, inicialmente, devo cumprimentá-lo pela coragem com que vem abordando o assunto e outros tantos considerados até melindrosos, numa ante-véspera eleitoral. Cumprimento-o pela independência com que V. Exa. tem tratado desse assunto e de tantos outros de interesse do povo paranaense. Nobre Deputado, V. Exa. se referiu que o Brasil sujeitou-se, como as demais nações, americanas, europeias, a uma situação ditada pelos países produtores e exportadores de petróleo.

V. Exa. que, por certo, acompanha a política externa, como o faz com a interna, deve ter observado que a crise que assolou o Japão, potência altamente industrializada e até os Estados Unidos, país que tinha uma economia estável que causava inveja a todos os povos, está hoje se debatendo com uma crise inflacionária sem precedente. A Itália pediu, agora, um empréstimo de um trilhão de dólares à Alemanha, sendo a Itália, praticamente, um país em insolvência.

A Alemanha também está numa crise violenta. Por que não falamos nos Estados Unidos? Não foi somente o episódio de Watergate o responsável pela queda de um Presidente. O que determinou a queda do Presidente Nixon foi uma violenta crise interna.

O SR. OLAVO FERREIRA — Uma inflação de 23%.

O Sr. Ivo Thomazoni — Uma inflação de 23%, superior ao que estavam acostumados a ter.

Aqui no Brasil a Oposição representada por valorosos homens do MDB, por inteligentes e combativos Deputados querem impor à opinião pública uma situação que, muitas vezes, me surpreende. Esses eminentes Deputados, alguns deles, falam que no Brasil existe um arroxo fiscal que está a asfixiar o comércio e a indústria e que deveriam os homens, que fazem Governo neste País, aliviar os encargos fiscais; eles reafirmam que os funcionários públicos são mal remunerados, que passam fome e que não ganham o suficiente para a manutenção de seus familiares. Além disto, reclamam que o Governo não realiza grandes obras, aquelas de infra estrutura, capazes de impulsionar o progresso paranaense. Mas, não ficam aí. São contrários a que o Estado vá buscar recursos internos e externos para a realização dessas obras porque, dizem eles, o endividamento é altamente perigoso para o futuro desta Unidade Federativa.

O SR. OLAVO FERREIRA — Em noventa ou cento e vinte dias recebeu dois bilhões ou trilhões de cruzeiros que não representam dívidas mas investimento em obras.

O Sr. Ivo Thomazoni — Não sabemos se o MDB, realmente, tem outra preocupação senão aquela eleitoreira de confundir a opinião pública, porque, até hoje, não ouvimos qualquer sugestão mais séria em seus objetivos que pudesse aconselhar o Governo a, num passe de mágica, se constituir em um país completamente indiferente ao que ocorre no resto do mundo do qual dependemos, como é sabido, como outros dependem de nós como uma estrutura.

Só não concordo numa afirmação com V. Exa. e com o Deputado Antônio Belinati. Lembro-me ter lido cuidadosamente as declarações do Ministro da Agricultura e em momento algum aconselhou a que os produtores de soja vendessem seu produto. Lembro-me que S. Exa. afirmou que num curto prazo o preço desse produto, no atendimento pessoal dele, não sofreria uma reação violenta de preço. Lembro-me também que os Governos determinaram aos estabelecimentos de crédito oficial que prorrogassem os prazos das dívidas contraias pelos produtores para fazerem face aos seus problemas.

Lembro-me, nobre Deputado, que o Banco do Brasil e o Banco do Estado foram os primeiros a atenderem o apelo e a concederem prorrogação de prazo sem que se exigisse amortização de pequenas parcelas. É preciso que a ARENA, com a coragem que V. Exa. tem e que os Deputados do nosso Partido têm, estabeleçam também paralelos, para evitar que a Oposição culpe o Governo Revolucionário por acidentes climáticos, nobre Deputado.

Agora nós estamos face a enxurradas que estão a dizimar uma plantação de trigo; a uma geada prematura, que dizimou a plantação de feijão preto e também o milho na nossa região. Nós teríamos, quem sabe, de admitir que São Pedro é hoje do MDB, não é da ARENA; que nós iríamos então dizer que em 1972 tivemos condições horríveis de comercialização de safra, principalmente a do suíno com o preço avaliado, foi até fator preponderante para que o MDB ganhasse eleições em muitas Prefeituras Municipais; e em 1973 — ninguém aqui se queixou — que o soja produzido foi vendido a preço extremamente alto; nós não tínhamos eleições, portanto a ARENA não se creditou deste fator mas, este ano eleitoral, estamos novamente com o problema do preço do soja que, à época da sua colheita estava aviltado e hoje está, graças à desgraça sofrida por outros países, a preços altos.

Então parece que, quando as coisas vão bem ninguém credita nada ao Governo — quando as coisas vão mal sempre culpam o Governo, o Governo é culpado de tudo.

Então, nobre Deputado Olavo Ferreira, a nós da ARENA cabe também advertir a opinião pública para que não se atire pela janela uma obra administrativa sem precedentes neste País que, com muita seriedade constrói a grandeza deste País que faz inveja às Nações do mundo, simplesmente porque uma indesejada seca, uma desastrosa chuva, uma prematura geada veio sujeitar o preço da comercialização de um produto que é todo ele regulado e sempre foi pela base de venda de uma cidade altamente comercializada como é Chicago.

Vamos fazer votos para que os brasileiros que vivem no Paraná em especial, analisem este Governo sem as paixões imediatistas de erros, que não são do Governo, que são frutos de uma conjuntura mundial.

O SR. OLAVO FERREIRA — Nobre Deputado, V. Exa. foi muito feliz no seu aparte esclarecedor.

Realmente, a interpretação dada ao pronunciamento do Sr. Ministro foi realmente distorcida. Porisso eu disse que lembrava o pronunciamento dele, lembrava nesse aspecto, porque às vezes nós queremos nos manifestar de uma maneira e somos interpretados de outra. Mas é numa boa oportunidade que fizemos um apelo até, se me perdoa o nobre Deputado Antônio Belinati, como sugestão: lembramos que Sua Excelência, no ano passado se não me falha a memória, apresentou aqui um Requerimento que depois, me parece, fora retirado por Sua Excelência, para que esta Casa se fizesse representar na posse do ex-Presidente Hector Câmpora, da Argentina. Seria uma excelente oportu-

nidade já que ele não fora, naquela época, que, visitasse agora a Argentina e visse agora a inflação a 80, 90% e presenciasse as violências...

O Sr. Antônio Belinati — Eu estive lá há um mês atrás.

O SR. OLAVO FERREIRA — ...sequestros, mortes, depredações, inquietações. Somente se encontra tranquilidade apesar de todas as dificuldades porque passamos, e neste bendito Brasil, que é a Canaan que eu conheço. Portanto, somente, quando se vê a casa do vizinho pegando fogo é que se dá valor à casa em que vivemos. Portanto, diante deste complexo internacional e também sul-americano e norte-americano, em que presenciámos, lamentando profundamente, é que damos o valor ao país que temos. Portanto, o aparte de V. Exa. foi o mais oportuno, e não poderia ser diferente, como Líder do Governo, brilhante como V. Exa. é.

O Sr. Antônio Belinati — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, não entendi porque V. Exa. fez alusão à posse do ex-Presidente da Argentina, quando discutimos aqui assunto totalmente diferente. Em todo o caso, nobre Deputado, a ARENA está no seu papel de defender o Governo. E a cota de contribuição que o MDB tem dado ao Governo, é votar aqui os projetos administrativos que o Sr. Governador tem mandado nesta Casa.

Raras vezes, o MDB votou contra qualquer matéria do Sr. Governador. No entanto, politicamente eu, pessoalmente, tenho as restrições de alguns setores do Governo. E no tocante à defesa que o Líder do Governo fez do Governador, do Sr. Ministro da Agricultura, nós lembraremos que estamos aqui, recordando alguns fatos fundamentais para a economia do povo, é de que a SUNAB, que está ligada ao Ministério da Agricultura, tabelou o preço da carne e o preço do óleo comestível, mesmo depois que nós do MDB fizemos um pronunciamento que foi publicado pela imprensa, elogiando a SUNAB porque, realmente, trabalhador não estava podendo comer carne, porque estava transformando num artigo de luxo. Pois bem, os pecuaristas se recusaram a respeitar esta tabela do Governo, num gesto que nós encaramos como uma provocação, porque foi um desrespeito. E o Governo aceitou dialogar com os pecuaristas e permitiu um aumento assustador do preço da carne e do óleo comestível. Também desrespeitando determinações deste órgão, disse que não venderia o óleo pelo preço tabelado. E o resultado foi trágico. As donas de casa não tinham óleo para a preparação dos alimentos. Então, nós esperamos que nas próximas medidas a serem tomadas por órgãos do Ministério da Agricultura, estas medidas possam ser respeitadas fielmente, porque um trabalhador não atendendo às determinações de qualquer órgão do Governo, pode correr o risco até de ir para a cadeia. Porque se o Governo determina o tabelamento de um produto tão essencial para o povo, é fundamental que ele faça prevalecer as suas determinações e as suas ordens. E, para finalizar, o Governo tem méritos, o Governo tem conseguido resultados positivos em alguns setores, mas à custa do sacrifício do povo que está pagando caro, a alta destes produtos. A inflação aí está violentamente, mas não fica apenas na inflação. Em 1971 o Governo foi alertado do perigo que representava a meningite para o Brasil. Mas de nada adiantou a advertência e hoje vemos que vergonhosamente um desfile de 7 de setembro é suspenso no Paraná porque a Secretaria da Saúde, apesar do lema colocado em sua porta: "A saúde do povo é a soberana lei", até agora não providenciou vacinas para eliminar este grande medo, este pavor que está causando a meningite para todos os pais de família. Apesar do Estado do Paraná ser o terceiro em arrecadação, não está fazendo cumprir o lema da Secretaria da Saúde "a saúde do povo é a soberana lei". É preciso zelar pela saúde de nosso povo para evitar que outra parada cívica venha a ser cancelada em virtude da falta de previsão daquele órgão.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte?

O SR. OLAVO FERREIRA — Só um minuto. Gostaria de agradecer inicialmente, e talvez seja este o intento do nobre Líder do Governo, ao nobre Deputado Antônio Belinati por ter a Oposição apoiado e aprovado todos os projetos de caráter administrativo...

O Sr. Antônio Belinati — Todos não.

O SR. OLAVO FERREIRA — Quase todos, e quase todos é praticamente 80 ou 90%, o que é uma demonstração do grande interesse pelas Mensagens enviadas a esta Casa.

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que o orador tem apenas dois minutos para concluir.

O Sr. Antônio Belinati — É para evitar que amanhã o Governo afirme que não fez esta ou aquela obra por ter sido boicotado pelo MDB, em suas Mensagens.

O SR. OLAVO FERREIRA — Isto só está em sua imaginação. Ninguém disse isto.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Esta fórmula mágica o Governo reza para que o MDB encontre. O MDB, na região de produção, defende preços compensadores para a arroba de gado abatido. Defende, na zona de produção, preços altos para o soja. Defende, na zona de consumo, preços baixos para a carne e preços baixos para o óleo de soja. Esta fórmula mágica, esta química o Governo não encontrou ainda. Mais uma ressalva. O desfile de 7 de setembro foi suspenso em função do mau tempo que não permitiu que as crianças ensaiassem para o desfile e não em virtude da meningite pois se assim fosse as aulas estariam suspensas e elas não estão.

O Sr. Antônio Belinati — É o que dizem os jornais.

O Sr. Ivo Thomazoni — Quanto às vacinas, o Governo da República autorizou investimentos violentos para que se produzam as vacinas no Brasil. Em todo o mundo o Brasil foi buscar vacinas e trouxe de onde encontrou, e está aplicando na região mais afetada que é São Paulo. No Paraná deverá chegar no início deste mês. No Brasil começar-se-á a produzir vacinas a curto e médio prazo, se Deus quiser.

O SR. OLAVO FERREIRA — É este um período do ano em que a meningite se manifesta. Lamentavelmente também o Governo não tem o dom da profecia de saber que este ano seria epidêmico. Lamentavelmente não posso compreender esta falta do Governo que não tem este dom da profecia de saber que este ano fosse epidêmico.

Encaminho também um Requerimento, dando apoio inteirinho ao Diretor do Centro Comercial de Café às medidas que devem ser tomadas para a cafeicultura brasileira. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 28 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do Expediente. Necessita de apoio. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Projeto do Lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente. Necessita de apoio.

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, consulto à Mesa se esse Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli refere-se à criação de uma Inspeção Regional de Ensino no Município de Dois Vizinhos?

O SR. PRESIDENTE — Sim.

O SR. IVO THOMAZONI — (Questão de Ordem). Sr. Presidente, tive a oportunidade de apresentar, no ano passado, um Projeto de Lei que teve o número 169/73, que trata, especificamente, da matéria que o ilustre Deputado Paulo Poli pretende legislar. E como o nosso Projeto já recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Finanças e se encontra, hoje, na Comissão de Instrução Pública, nas mãos do Relator, nobre Deputado Olavo Ferreira, eu me permitiria, data vênica, de outro entendimento dessa Presidência, sugerir que não désemos apoio à matéria do Deputado Paulo Poli, porque a mesma seria apenas anexada à nossa, porque se trata de matéria semelhante, pois que ambas visam que aquelas comunidades obtenham os serviços e os benefícios da criação desta unidade da Secretaria de Educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE — Com referência à questão de ordem levantada pelo nobre Líder do Governo, sugerimos que o Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli deva receber o apoio necessário do Plenário. Informo e decido que vou submetê-lo ao apoio do Plenário, porque é o único capaz de conceder ou negar, esse apoio.

O Projeto do Deputado Paulo Poli diz o seguinte: (Lê):

"Art. 1.º — Autoriza o Governo do Estado do Paraná, a criar no Município de Dois Vizinhos, uma Inspeção Regional de Ensino, com jurisdição nos seguintes municípios: São Jorge, São João, Tapejara, Salto do Lontra, Realiza, e Santa Izabel.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

#### JUSTIFICATIVA

Dois Vizinhos, Município situado em pleno coração do Sudoeste, possuidor de terras as mais férteis do Paraná, uma das cidades mais promissoras da região. Com a criação de uma Inspeção Regional de Ensino, que irá atender uma vasta região abrangendo os municípios acima mencionados, irá proporcionar melhor atendimento na área escolar, haja visto que atualmente sua jurisdição está afeta a Inspeção Regional de Pato Branco, que devido a distância mais de 100 km, está dificultando o entrosamento do ensino em toda região.

Nada mais justo portanto, a criação naquele Município de uma Inspeção Regional de Ensino.

Sala das Sessões. 2-09-74.

(a) Paulo Poli".

O SR. IVO THOMAZONI — (Pela ordem). Sr. Presidente, retiro minha questão de Ordem porque no Paraná existem muitos Municípios com nomes semelhantes, como é o caso de Francisco Beltrão e Engenheiro Beltrão. E o Projeto do Deputado Paulo Poli visa beneficiar o Município de Tapejara e o meu de Tapejara do Oeste.

Razão pela qual retiro minha Questão de Ordem.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — Indefiro a questão formulada pelo nobre Líder do Governo, mesmo porque a questão suscitada poderá ser corrigida no processo legislativo.

Os Srs. Deputados que apoiam o Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, queiram conservar como estão. — Apoiado. Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme aviso distribuído aos Srs. Deputados:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 74/74, de autoria do Deputado Luiz R. Soares, de que trata nova redação ao artigo 4.º da Lei n.º 54, de 22 de novembro de 1963. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

#### PROJETO DE LEI N.º 74/74

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — O artigo 4.º da Lei n.º 54, de 22 de novembro de 1963, passa a vigorar com a seguinte redação: "Por falecimento da beneficiária, ou mudança de estado civil, reverterá a pensão em favor dos filhos menores do casal, dos incapazes, das filhas solteiras sem rendimento próprio, enquanto permanecerem neste estado, ou, na falta destes, à companheira, provada esta condição nos termos da Legislação Federal pertinente".

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de maio de 1974.

(a) Luiz Roberto Soares

#### JUSTIFICAÇÃO:

A legislação federal, na parte previdenciária, contempla a companheira do contribuinte falecido com a pensão respectiva, na falta, evidentemente, da esposa, filhos menores, incapazes e filhas solteiras sem rendimento próprio. O presente Projeto visa modificar a lei estadual que institui a pensão a viúvas de ex-deputados, com o fim de aprimorá-la em consonância com a lei federal, por ser inteiramente justa, é que espero ver aprovada a presente proposição.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### PARECER

#### AO

#### PROJETO DE LEI N.º 74/74

1 — Visa o presente plano de Lei, de autoria do ilustre Deputado Luiz Roberto Soares, dar nova redação ao artigo 4.º, da Lei n.º 54, de 22 de novembro de 1963.

2 — Dadas as razões apresentadas na justificação, pelo nobre autor, não vemos qualquer impedimento que se lhe possa antepor na aprovação da referida matéria.

3 — Somos favorável à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente.

Ivo Thomazoni — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

#### COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

#### PARECER ao

#### PROJETO DE LEI N.º 74-74

Autor: — Luiz Roberto Soares

De autoria do ilustre Deputado Luiz Roberto Soares, o presente Projeto de Lei visa alterar o artigo 4.º da Lei n.º 54, de 22 de outubro de 1963, para estender à companheira de ex-Deputado, quando faltar a viúva e os filhos do mesmo, os benefícios previstos na citada Lei.

A matéria é oportuna e não resulta em nenhum aumento de despesa, por isso o parecer é favorável.

Pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1974.

Ovídio Franzoni — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 86-74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 31-74, que objetiva introduzir alterações que especifica, no Quadro de Funcionários do Tribunal de Justiça do Estado, Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

#### MENSAGEM

31-74

Curitiba, 4 de junho de 1974.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva introduzir as alterações que especifica, no Quadro de Funcionários do Tribunal de Justiça do Estado.

A medida ora submetida a essa augusta Casa de Leis decorre de proposição formulada pela Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça e de sucessivos estudos e contatos feitos entre aquele Judiciário e a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, deste Poder Executivo, em os quais chegou-se à conclusão de que o Plano de Lei em questão atende aos objetivos pretendidos, vindo, assim, ensejar atendimento às necessidades consideradas mais prementes do Poder Judiciário, relacionadas com seu Quadro de Funcionários.

Certo de que a medida ora submetida a essa Colenda Casa merecerá o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMILIO GOMES

Governador do Estado

#### ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Ficam extintos na Secretaria do Tribunal de Justiça por desnecessários, dois (2) cargos de Assistente e dois (2) de Assessor Jurídico, todos isolados e de provimento efetivo, cujos titulares já foram postos em disponibilidade remunerada proporcional ao tempo de serviço.

Art. 2.º. A carreira de Assistente Social prevista no número XII do artigo 6.º da Lei n.º 5.848, de 23 de setembro de 1968, passa a compreender os níveis PJ-26 a PJ-28.

Parágrafo único. Em virtude do disposto neste artigo, a carreira de Assistente Social fica constituída de três (3) cargos nível PJ-26; três (3) cargos nível PJ-27; e dois (2) cargos nível PJ-28.

Art. 3.º. Ficam criados nas carreiras de Assessor Administrativo e de Motorista dos Serviços Auxiliares Internos do Tribunal de Justiça, os seguintes cargos:

- cinco (5) cargos de Assessor Administrativo, PJ-23;
- cinco (5) cargos de Assessor Administrativo, PJ-22;
- dois (2) cargos de Motorista, PJ-18;
- quatro (4) cargos de Motorista, PJ-17;
- quatro (4) cargos de Motorista, PJ-16.

Art. 4.º. Ficam, ainda, criados, no Quadro dos Serviços Auxiliares Internos do Tribunal de Justiça, os cargos isolados, de carreira e em comissão, à seguir especificados:

#### I — Isolados:

- um (1) cargo de Engenheiro, PJ-28
- um (1) cargo de Arquiteto, PJ-28
- um (1) cargo de Bibliotecário, PJ-26
- um (1) cargo de Desenhista, PJ-20.

#### II — De Carreira:

- a) — De Contador:
  - um (1) cargo de Contador, PJ-29;
  - um (1) cargo de Contador, PJ-28.
- b) — De Programador e Operador de Computador:
  - dois (2) cargos de Programador de Computador PJ-27;
  - um (1) cargo de Programador de Computador, PJ-26;
  - um (1) cargo de Operador de Computador, PJ-25;
  - um (1) cargo de Operador de Computador, PJ-24;
  - um (1) cargo de Operador de Computador, PJ-23.

#### III — Em Comissão:

- a) — um (1) cargo de Zelador (do edifício sede do Palácio da Justiça), símbolo 5-C;
- b) — dois (2) cargos de Oficial de Gabinete, respectivamente, da 1.ª e 2.ª Vice-Presidência, símbolo 3-C.

Art. 5.º. O atual cargo isolado de provimento em Comissão de Diretor-Secretário passa a ter a denominação de Diretor Geral da Secretaria do Tribunal de Justiça, ficando fixados os vencimentos do mesmo em cinco mil cruzeiros mensais.

Art. 6.º. O atual cargo isolado de provimento efetivo de Diretor Auxiliar, ao vagar, transformar-se-á, em cargo em comissão, com a denominação de Vice-Diretor da Secretaria e vencimentos mensais de quatro mil cruzeiros.

Art. 7.º. Aos ocupantes dos cargos de carreira de Médico, prevista na Lei n.º 5.848, de 23 de setembro de 1968, que integram os Serviços Auxiliares Internos do Tribunal de Justiça, cumpre, através de designação previa do Presidente, constituir juntas para elaboração de laudos de saúde para concessão de licença, investidura em cargo do Poder Judiciário e aposentadoria por invalidez, além de outras incumbências estabelecidas no regulamento próprio.

Art. 3.º. As despesas com a execução desta lei correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento do Poder Judiciário.  
Art. 9.º. Esta lei entrará em vigor em 1.º de junho do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER ao

PROJETO DE LEI N.º 86-74

O Poder Executivo encaminhou através da Mensagem n.º 31-74, ante-projeto de lei que objetiva introduzir alterações que especifica, no Quadro de Funcionários do Tribunal de Justiça.

A matéria, assim como veio articulada, decorre de estudos procedidos em conjunto pelo Poder Judiciário e a Secretaria de Estado dos Negócios do Interior e Justiça, tendo em vista o atendimento à necessidades prementes da administração daquele Poder.

Dessa forma, tecnicamente o projeto está a salvo de qualquer objeção, de vez que sua elaboração partiu das partes competentes, legal e administrativamente.

Quanto à exigência da Constitucionalidade, a simples menção da competência assinada ao Governador nos artigos 25, § 1.º, 35 e 47, da Carta vigente, é suficiente para satisfazê-la integralmente.

Pelo exposto, opino pela aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 21 de agosto de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Ovidio Franzoni — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI N.º 86-74

PARECER

Examina-se por parte desta Comissão. Projeto de Lei oriundo da Mensagem Governamental n.º 31-74, visando introduzir alterações que especifica, no Quadro de Funcionários do Tribunal de Justiça.

A Proposição já recebeu, em sua devida oportunidade, acolhimento por parte da Douta Comissão de Constituição e Justiça em brilhante parecer de seu relator.

No âmbito desta Comissão, cu seja, as implicações de ordem financeira da matéria, não se insurge nenhuma objeção que se possa antepor à tramitação normal do Projeto.

Faça as considerações acima expendidas, opino pela APROVAÇÃO da medida pleiteada, para ulterior seguimento conforme estabelece o Regimento Interno da Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 27 de agosto de 1974.

Ovidio Franzoni — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 109-74, de autoria do Dep. Francisco Escorsin, que dá nova redação ao art. 17, da Lei n.º 6.212, de 09-08-71. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 109-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

Decreta:

Art. 1.º — O artigo 17 da lei n.º 6212, de 09 de agosto de 1971, passa a ter a seguinte redação:

Art. 17 — As vantagens previstas nesta lei, serão incorporadas aos proventos de inatividade considerando para esse efeito que o funcionário ao se aposentar pertença ao quadro dos funcionários do D.R.I., ou desempenhe o cargo de confiança da estrutura do Departamento de Rendas Internas.

Art. 2.º — Ficam revogados os parágrafos 1.º, 2.º e 3.º do artigo 17, da lei n.º 6212, de 09 de agosto de 1971.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 5 de agosto de 1974.

(a) Francisco Escorsin

JUSTIFICATIVA:

O ante-projeto de lei, que se convertido em norma escrita, ensejará sensíveis alterações na lei n.º 6212, de 09 de agosto de 1971, e via de consequência, deferirá ao funcionário fisco-arrecadador, quando no outono de sua existência, uma perspectiva de uma velhice com remuneração mais digna.

O artigo 17 e §§ 1.º e 2.º, da lei n.º 6212, de 9-8-1971, aos quais se objetiva alterar, tem princípios demasiadamente rígidos, circunstância essa que milita desfavoravelmente à política de pessoal inaugurado no Departamento de Rendas Internas uma vez que, o que se propugnou com o advento desse diploma legal, além de acompanhar o Distrito Federal e demais Estados da Federação, foi instalar nesse importante setor fazendário, uma filosofia de trabalho que veio para ficar, para caminhar para diante e, nesse diapasão não foram esquecidas as aposentadorias que por operarem uma revitalização na dinâmica do setor fisco-arrecadador pois promovem a permuta de velhos servidores por jovens universitários e, com o projeto convertido em lei, os velhos servidores terão condições de auferirem proventos razoáveis, que lhes proporcionará retirar o seu sustento de uma única fonte de renda e, com isso, ser-lhes-á assegurada uma existência tranquila e estável.

Como se infere do texto do ante-projeto, todo o funcionário fisco-arrecadador detentor de condição temporal para aposentar-se não ficará aventurando na atividade e com esse cometimento, como é natural as vagas vão se abrindo e, como decorrência natural, nasce o recrutamento de novos valores.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N.º 109-74

AUTOR: DEPUTADO FRANCISCO ESCORSIN

PARECER

A presente iniciativa de lei de autoria do nobre Deputado Francisco Escorsin vem articulada e devidamente justificada, de acordo com o que determina o Regimento Interno.

A presente iniciativa não fere qualquer preceito de ordem legal ou constitucional, estando portanto em condições de ser apreciada por esta Comissão.

Quanto a sua oportunidade nos convenceu a justificativa que acompanha o projeto.

Assim sendo, somos pela aprovação do projeto em tela.

Parecer favorável, portanto.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

Erondy Silvério — Relator

(Assinaturas ilegíveis)

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 110-74, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 36-74, que visa isentar do pagamento das taxas estaduais e dos impostos a que se referem os incisos I e II, do artigo 23 da Constituição da República Federal do Brasil, a Empresa Itaipu. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com EMENDA, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

MENSAGEM

36-74

Senhor Presidente.

Curitiba, 26 de junho de 1974.

Encaminho a Vossa Excelência, na forma constitucional, o incluso ante-projeto de lei objetivando declarar as isenções tributárias estaduais à Itaipu, em consonância com o Art. XII do Tratado promulgado pelo Decreto n.º 72.707, de 28 de agosto de 1973. Envio, em anexo, como parte integrante desta Mensagem, cópia da exposição de motivos do Senhor Secretário da Fazenda, substanciada no Ofício n.º 420-74.

Tendo em vista os elevados interesses públicos, é solicitada, para apreciação da matéria contida no anexo Plano de Lei, a forma prevista pelo § 3.º do art. 25 da Constituição Estadual.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMILIO GOMES

Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Tendo em vista o disposto nos artigos 98 e 97, VI do Código Tributário Nacional, combinado com o artigo XII do Tratado aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 23 de 30 de maio de 1973 e promulgado através do Decreto n.º 72.707, de 28 de agosto de 1973, fica declarada à ITAIPU a isenção do pagamento das taxas estaduais e dos impostos a que se referem os incisos I e II do artigo 23 da Constituição da República Federal do Brasil.

Art. 2.º. Faço ao contido no artigo 179 do Código Tributário Nacional e na alínea "b" do artigo XII do Tratado a que se refere este artigo, fica declarada a isenção do pagamento do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias nas saídas, promovidas pelos contribuintes com domicílio tributário no Estado do Paraná, em que ITAIPU seja adquirente ou destinatária.

Parágrafo Único. A Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda explicará com base no inciso II do artigo 52 da Constituição do Paraná os deveres acessórios inerentes às isenções declaradas nesta Lei.

Art. 3.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DOS NEGÓCIOS DA FAZENDA

Gabinete do Secretário

Curitiba, 18 de junho de 1974

Of. n.º 420-74

Senhor Governador.

Tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência o incluso ante-projeto de lei que visa declarar à ITAIPU as isenções tributárias de âmbito estadual, referidas no artigo XII do Tratado aprovado pelo Decreto Legislativo n.º 23 de 30 de maio de 1973 e promulgado pelo Decreto n.º 72.707 de 28 de agosto de 1973 (publicado no Diário Oficial da União de 30 de agosto de 1973), cuja redação é a seguinte:

ARTIGO XII

"As Altas Partes Contratantes adotarão, quanto à tributação, as seguintes normas:

- a) — não aplicarão impostos, taxas e empréstimos compulsórios, de qualquer natureza, à ITAIPU e aos serviços de eletricidade por ela prestados;
- b) — não aplicarão impostos, taxas e empréstimos compulsórios, de qualquer natureza, sobre os materiais e equipamentos que a ITAIPU adquira em qualquer dos dois Países ou importe de um terceiro País, para utilizá-los nos trabalhos de construção da central elétrica, seus acessórios e obras complementares, ou para incorporá-los à central elétrica, seus acessórios e obras complementares. Da mesma forma, não aplicarão impostos, taxa se empréstimos compulsórios, de qualquer natureza, que incidam sobre as operações relativas a esses materiais e equipamentos, nas quais a ITAIPU seja parte;
- c) — não aplicarão impostos, taxas e empréstimos compulsórios de qualquer natureza, sobre os lucros da ITAIPU e sobre os pagamentos e remessas por ela efetuados a qualquer pessoa física ou jurídica sempre que os pagamentos de tais impostos, taxas e empréstimos compulsórios sejam de responsabilidade legal da ITAIPU;
- d) — não porão nenhum entrave e não aplicarão nenhuma imposição fiscal ao movimento de fundos da ITAIPU que resultar da execução do presente Tratado;
- e) — não aplicarão restrições de qualquer natureza ao trânsito ou depósito dos materiais e equipamentos aludidos no item "b" deste Artigo;
- f) — serão admitidos nos territórios dos dois Países os materiais e equipamentos aludidos no item "b" deste Artigo".

A Constituição do Brasil autorizou ao Estado a instituir os tributos relacionados no item I e II do artigo 23 e inciso I do artigo 18. E o Estado o fez conforme se vê nas leis orgânicas em vigor para cada tributo.

Ao lado dessa partilha constitucional, instituíram-se limitações ao poder de tributar nos Estados, entre as quais não figura a tributabilidade das pessoas tais como a empresa ITAIPU. Por outro lado, a União não exerceu o poder conferido no § 2.º do artigo 19 da Constituição do Brasil, para a efetivação de dispensa do pagamento dos tributos estaduais.

De outro plano, o Código Tributário Nacional (CTN) diz, no art. 98 que os tratados e convenções internacionais revogam ou modificam a legislação tributária interna e serão observados pelo que lhes sobrevenha.

O CTN — lei de natureza complementar —, não é todavia, instrumento suficiente, do ponto de vista jurídico-legal, para instituir limitação ao poder de tributar do Estado. O que se reconhece com respaldo na parte in fine do § 1.º do art. 18 da Constituição do Brasil, é a oportunidade do referido Có-



digo de apenas REGULAMENTAR AS LIMITAÇÕES CONSTITUCIONAIS AO PODER DE TRIBUTAR.

Não poderia, portanto, se levar em consideração, no atual regime federativo constitucional, que o art. 98 do CNT tenha o condão, por si só, de instituir limitação à poder que o estatuto básico conferiu ao Estado sem parâmetros, ressalvados obviamente, os casos já referidos e nos quais não se enquadra a ITAIPU.

Não se pode, todavia, anatematizar como inaplicável a regra do citado art. 98 do CTN. Ao converso, ele é perfeitamente subsistente e no caso emergente funciona como norma geral de direito tributário tendente a resguardar os compromissos assumidos pela República Federativa do Brasil, devendo, todavia, na sua execução, caminhar-se pelos canais próprios, no caso a Lei adequada, de natureza declaratória.

Como não há limitação constitucional para a tributação das operações realizadas pela ITAIPU, nem lei complementar da União concedendo isenção do pagamento de tributos estaduais, considerando, de outro lado, a norma geral contida no art. 98 do CTN, bem como as disposições do art. XII do Tratado, a única via para se materializar o compromisso assumido pelo Brasil seria a de lei ordinária do poder competente — o Estado do Paraná. No caso, portanto, só é defeso isentar aquele que tem o poder de tributar e o motivo da isenção é o referido Tratado e o art. 98 do CTN.

A via e, vale repetir, a da Lei, em cuidado ao princípio de reserva legal de art. 97, VI do CTN (exclusão dos créditos tributários).

A isenção convencionalizada deve, pois, estar consubstanciada em Lei Declaratória, do Estado do Paraná.

Valho-me do ensejo, para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e de distinta consideração.

(a) Afonso Alves de Camargo Neto  
Secretário da Fazenda

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PARECER AO

##### PROJETO DE LEI N.º 110-74

I) — Com fundamento no artigo 23, incisos I e II da Constituição Federal, a presente Mensagem Governamental visa declarar à Empresa Bi-Nacional ITAIPU, a isenção do pagamento do ICM, das taxas estaduais e impostos a que se referem os dispositivos acima citados.

II) — Quanto ao mérito, julgamos a medida das mais justas, pois a referida Empresa quando em funcionamento, proporcionará ao Paraná e ao Brasil um surto de progresso fabuloso.

III) — A matéria, conforme veio articulada, foi objeto de meticolosos estudos providos pela Secretaria da Fazenda, tendo-se em vista a importância da medida ora proposta.

Assim sendo, o Projeto apresenta-se tecnicamente correto, uma vez que sua elaboração partiu das partes competentes.

Entretanto, para não deixar dúvidas sobre a denominação da empresa que se pretende beneficiar e para corrigirmos um erro de dactilografia, apresentamos uma Emenda modificativa ao art. 1.º da Mensagem.

Parecer favorável.

Sala das Comissões, em 14 de agosto de 1974.

Fabiano Braga Côrtes — Presidente

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### EMENDA Modificativa AO PROJETO DE LEI N.º 110-74

I) — Acrescente-se no artigo 1.º, antes da palavra "ITAIPU", a expressão: EMPRESA BI-NACIONAL.

II) — Substitua-se no mesmo artigo a palavra "Federal" por Federativa.

Sala das Comissões, em

(As Negível) — Presidente

(As Negível) — Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS

##### PARECER ao PROJETO DE LEI N.º 110-74

Autor: Poder Executivo

NO MÉRITO: Tratando-se de matéria que consulta aos mais altos interesses da Nação e do Estado, nada há que se possa opor.

Somos pela APROVAÇÃO.

Sala das Comissões em 27 de agosto de 1974.

Ovidio Franzoni — Presidente

Gilberto Carvalho — Relator

(Assinaturas Negíveis)

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa. Requerimentos de autoria dos Srs. Deputados Ivo Thomazoni, Hélio Manfrinato e Fuad Nacli, constantes do Expediente, solicitando a inserção em Ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Avelino Vieira. Em votação.

O SR. ARTHUR DE SOUZA — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É nosso desejo, na qualidade de paranaense, solidarizarmos-nos com esses Requerimentos, com os Srs. Deputados que os apresentaram a esta Casa no momento em que o Paraná se sente enlutado, enlutado porque um homem de vontade férrea, um batalhador legítimo que iniciava a sua carreira há mais de quarenta anos na cidade de Tomazina, e um valoroso, diga-se de passagem, tombou agora.

O trabalho e a obra de Avelino Vieira é por demais conhecido de todos nós. Em 1952 Avelino Vieira que vinha lutando com a sua casa bancária, e já a essa altura alcançara sucesso, não contente, não satisfeito, isto é peculiar dos lutadores adquiriu o Banco Meridional da Produção. Com isto surgiu o BAKERINDUS.

Hoje comandava 20 empresas na área financeira, na área securitária.

Há pouco tempo usávamos da palavra nesta Tribuna, para ressaltar o fato de ele como paranaense, pelos seus muitos méritos pelo conhecimento da matéria, ter sido escolhido para um dos membros do Conselho Monetário Nacional; mais tarde Sua Excelência tinha o seu nome quando o Governo mudara, e o Presidente Geisel assumia as rédeas do País, e Avelino Vieira via confirmada esta sua escolha com um mandato de 6 anos. Icmmentavelmente, mandado este que ele não pode cumprir mas, temos certeza, cumpriria com a devoção que nunca regou a este País.

Um homem de visão, mas extremamente humilde. Dificilmente quem conversasse com Avelino Vieira sem saber que ele era aquele homem de empresa, dificilmente diria que estava falando com aquela capacidade, porque ele tinha a humildade comum dos maiores atributos.

Soube ser chefe, amigo dos funcionários relevando-lhes os erros, e sabia incentivá-los quando eles acertavam.

Assim, Senhores Deputados, no momento em que outros colegas sentem como este Deputado sente a falta daquele paranaense, certos todos nós de que o Paraná neste momento vê abrir-se uma lacuna no plano financeiro, nós queremos que estas palavras se somem aos Requerimentos apresentados e que agora estão sendo levados à votação, a nossa aprovação aos mesmos.

Nosso voto sentido, nesta Tribuna, pela perda que o Paraná acaba de sofrer. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação os respectivos Requerimentos. — Aprovados.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência e inclusão na Ordem do Dia, do Projeto da Lei n.º 62/74. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Kiyoshi Oda. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Presidente da República, ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio e ao Sr. Presidente do Instituto Brasileiro do Café, manifestando o irrestrito apoio desta Casa, às sugestões formuladas pelo Sr. Mário da Cunha Franco, do Centro do Comércio do Café de Londrina, com relação à política cafeeira. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domicílio Scaramella, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações ao Sr. Reinhold Stephanes, que recentemente assumiu a Presidência do INPS e, solicita, outrossim, seja encaminhado ao Sr. Reinhold Stephanes, no sentido de que o mesmo procure apressar a tramitação dos processos de convênios com hospitais, principalmente do interior. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Iris Caldart, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. General Comandante da 5.ª Região Militar e ao Sr. General Secretário de Segurança do Estado, solicitando que os órgãos de segurança se unam, estudem e estruturam por encontrar uma fórmula digna e justa, humana e cristã, no sentido de impor-se na região uma ação eficaz, com a presença constante de efetivos militares, a garantir a paz e tranquilidade para que mais e melhor ocorram condições de trabalho e produção nas melhores e mais produtivas terras do nosso País. — Em discussão.

O SR. IVO THOMAZONI — Peço a palavra, Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE — Fica transferida a discussão do Requerimento para o final da Ordem do Dia de amanhã, de acordo com o Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Presidente do Banco do Estado do Paraná, no sentido da instalação no Município de São José da Boa Vista, de uma Agência do Banco do Estado do Paraná. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, encarecendo a Sua Excelência da necessidade urgente em se criar em Terra Roxa, uma na Comarca. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Presidente do Banco do Brasil, no sentido de que se estude a possibilidade em criar na cidade de Dois Vizinhos, uma Agência daquela entidade creditícia. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado ao Sr. Ministro Ney Braga, da Educação, no sentido de que se estude a possibilidade em criar na cidade de Dois Vizinhos, uma Faculdade de Agronomia. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira, constante do Expediente, solicitando a designação de um Deputado desta colenda Casa para representá-la, no culto de Ação de Graças que a Sociedade Evangélica Beneficente fará realizar dia 5 deste, às 20,30 horas, no Templo da Comunidade Luterana, pela passagem do 31.º ano de sua criação e 15.º da fundação da Faculdade Evangélica de Curitiba. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 4, quarta-feira, com a seguinte

##### ORDEM DO DIA:

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei nrs. 64-74, 86-74, 109-74, 110-74; ficando marcada ainda, uma Sessão Ordinária para quinta-feira, dia 5, às 10,00 horas, com a seguinte

##### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei nrs. 40-73, 33-74, 42-74, 45-74, 48-74, 81-74, 90-74 e 114-74.

A Presidência lembra aos Srs. Deputados que amanhã, dia 4, quarta-feira, às 14,00 horas, haverá Sessão Extraordinária, com a seguinte

##### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 105-74, e outra para quinta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte

##### ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 106-74.

Levanta-se a Sessão.

#### ATAS DAS COMISSÕES:

##### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

##### 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.ª LEGISLATURA

##### ATA DA 1.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dois dias do mês de abril do ano do hum mil novecentos e setenta e quatro, reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala das Reuniões, com a presença dos seniores Deputados: Antônio Lopes Júnior, Ivo Rocha, Rosário Pitelli e Alvaro Dias.

Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do

Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes processos:

PROJETO DE LEI N.º 250-71 — de autoria do senhor Deputado Nivaldo Kruger, que autoriza o Poder Executivo, construir o Colégio Estadual de Entre-Rios, Município de Guarapuava e dá outras providências. Relator: Deputado Ivo Rocha. Parecer: Favorável. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 162-71 — de autoria do senhor Deputado Nivaldo Kruger, que autoriza o Poder Executivo, através da Secretaria de Agricultura, criar uma Escola Agrícola no Município de Laranjeiras do Sul e dá outras providências. Relator: Deputado Ivo Rocha. Parecer: Favorável. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 151-73 — de autoria do senhor Deputado João Fadel, que autoriza o Poder Executivo transferir para o Sistema Estadual de Ensino, o Ginásio Municipal "Rui Barbosa", da cidade de Arapoti. Relator: Deputado Ivo Rocha. Parecer: Favorável. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 278-70 — de autoria do senhor Deputado Wilson Fortes, que cria o Ginásio Estadual de Vila Alto, Município de Umuarama. Relator: Deputado Ivo Rocha. Parecer: Favorável. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 92-72 — de autoria do senhor Deputado Sebastião Rodrigues, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual Agrícola, no Município de Salto do Lontra, para funcionar no próximo ano letivo e dá outras providências. Relator: Deputado Ivo Rocha. Parecer: Favorável. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 287-73 — de autoria do senhor Deputado Jorge Sete, que denomina Grupo Escolar, Parigot de Souza, o atual Grupo Escolar Alto da Glória, da cidade de Mandaguapé. Relator: Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer: Favorável. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 73-73 — de autoria do senhor Deputado Odilon Reinhardt, que denomina Ginásio Estadual Marilis Faria Pirelli, o atual Ginásio da cidade de Cascavel. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 38-72 — de autoria do senhor Deputado João Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Agrícola, no Município da Lapa e dá outras providências. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 184-72 — de autoria do senhor Deputado Quilse Crisóstomo da Silva, que denomina "Amabile Possobom", o Grupo Escolar de Vila Olívá, Município de Astorga. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 246-73 — de autoria do senhor Deputado David Federmann, que determina a não realização de novos concursos na área do magistério e o aproveitamento dos já concursados na mesma área. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Contrário. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 182-72 — de autoria do senhor Deputado Odilon Reinhardt, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual no Distrito de Santa Tereza, Município de Cascavel e dá outras providências. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 169-72 — de autoria do senhor Deputado Francisco Escorsin, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Estadual na sede do Distrito de Renasópolis, Município de Sengés. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual para constar, eu, Maria Aparecida Amaral, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada é por mim assinada, bem como pelo senhor Presidente, para que produza os efeitos legais

- a) Deputado Antônio Lopes Júnior — Presidente.  
a) Maria Aparecida Amaral — Secretária.

#### COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

#### 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.ª LEGISLATURA

##### ATA DA 2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e setenta e quatro reuniu-se a Comissão de Instrução Pública, na Sala das Reuniões, com a presença dos senhores Deputados: Antônio Lopes Júnior, Rosário Pitelli, Alvaro Dias e Ivo Rocha.

Havendo número legal, o senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada a Ata da Reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, onde foram relatados os seguintes processos:

PROJETO DE LEI N.º 163-69 — de autoria do senhor Deputado Paulo Polli, que autoriza o Poder Executivo criar na cidade de Umuarama, uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Relator: Deputado Rosário Pitelli. Parecer: Favorável. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 70-72 — de autoria do senhor Deputado Domício Scaramella, que autoriza o Poder Executivo, criar sob regime de Fundação, uma Escola Técnica, destinada a aprendizagem industrial, na cidade de União da Vitória. Relator: Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer: Favorável. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 117-73 — de autoria do senhor Deputado João Fadel, que autoriza o Poder Executivo, criar uma Faculdade Veterinária, na sede do Município de Castro e dá outras providências. Relator: Deputado Antônio Lopes Júnior. Parecer: Favorável. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 193-72 — de autoria do senhor Deputado Jorge Sete, que autoriza o Poder Executivo estadualizar o Colégio Comercial Nice Braga, do Município de São Jorge do Ivaí. Relator: Deputado Rosário Pitelli. Parecer: Favorável. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 134-73 — de autoria do senhor Deputado João Fadel, que autoriza o Poder Executivo criar um Ginásio Agrícola na sede do Município de Castro. Relator: Deputado Rosário Pitelli. Parecer: Favorável. — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 60-73 — de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 203-73, que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Programa de Expansão e melhoria do ensino — FREMEN — e a Universidade Federal do Paraná, objetivando a execução de um curso de licenciatura parcelada para professores leigos em ciências. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. — Aprovado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 25-73 — De autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 89-73, que aprova convênios celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria de Educação e Cultura e o Ministério de Educação e Cultura, este através dos Institutos Nacionais do Livro e do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para as finalidades que especifica. Relator: Deputado Alvaro Dias. Parecer: Favorável. — Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar, eu, Maria Aparecida Amaral, Secretária, lavrei a presente Ata, que depois de aprovada é por mim assinada, bem como pelo senhor Presidente, para que produza os efeitos legais.

- a) Deputado Antônio Lopes Júnior — Presidente.  
a) Maria Aparecida Amaral — Secretária.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

#### 7.ª LEGISLATURA — 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

##### ATA DA 6.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos catorze dias do mês de agosto do ano de um mil novecentos e setenta e quatro, na Sala de Reuniões desta Casa, após o término da Sessão Plenária, reuniu-se a Comissão de Constituição e Justiça, sob a Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Cortes, e presentes os Senhores Deputados Ivo Thomazoni, Ovídio Franzoni, Quilse Crisóstomo da Silva, Wilson Fortes e Erondy Silvério.

Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, sendo lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Nada havendo para constar da Hora do Expediente, passou-se à seguinte Ordem do Dia:

1) — PROJETO DE LEI N.º 41-74 — de autoria do Senhor Deputado Arizone Araújo. Autoriza o Poder Executivo construir prédio para funcionamento do Centro de Saúde, da cidade de Francisco Beltrão. Relator: Deputado Paulo Camargo. Parecer: Favorável. — Aprovado.

2) — PROJETO DE LEI N.º 47-74 — de autoria do Sr. Deputado Antônio Franco F. da Costa. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Sociedade Operária Beneficente Lindóia, com sede nesta Capital. Relator: Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer: Favorável. — Aprovado.

3) — PROJETO DE LEI N.º 64-74 — de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati. Dá nova redação ao artigo 1.º, da Lei n.º 6.531, de 22-4-74. Relator: Deputado Paulo Camargo. Parecer: Favorável. — Aprovado.

4) — PROJETO DE LEI N.º 69-74 — de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 27-74, encaminhando anteprojeto de Lei que dispõe sobre abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 61.200,00, para atender despesas com o Pessoal Temporário da Secretaria de Viação e Obras Públicas. Relator: Deputado Paulo Camargo. Parecer: Favorável. — Aprovado.

5) — PROJETO DE LEI N.º 72-74 — de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni. Autoriza o Poder Executivo declarar de utilidade pública a Associação de Pais e Professores do Instituto da Recuperação de Surdos e Mudos do Paraná, com sede nesta Capital. Relator: Deputado Paulo Camargo. Parecer: Favorável. — Aprovado.

6) — PROJETO DE LEI N.º 74-74, de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares. Dá nova redação ao artigo 4.º, da Lei n.º 54-74, de 22.11.63. Relator: Deputado Ivo Thomazoni. Parecer: Favorável. — Aprovado.

7) — PROJETO DE LEI N.º 75-74 — de autoria do Sr. Deputado João Mansur. Autoriza o Poder Executivo transferir para a jurisdição da 21.ª Circunscrição, com sede no Município de Iralá, os serviços de trânsito dos municípios de Imbituva e São Mateus do Sul. Relator: Deputado Paulo Camargo. Parecer: Favorável. — Aprovado.

8) — PROJETO DE LEI N.º 80-74 — de autoria do Sr. Deputado Borsari Netto. Dá nova redação ao artigo 1.º, da Lei n.º 6.544, de 22-5-74. Relator: Deputado Wilson Fortes. Parecer: Favorável. — Aprovado.

9) — PROJETO DE LEI N.º 81-74 — de autoria do Sr. Deputado Paulo Polli. Outorga o título de cidadão honorário do Paraná, ao Senhor Luiz Meneghel. Relator: Deputado Wilson Fortes. Parecer: Favorável. — Aprovado.

10) — PROJETO DE LEI N.º 85-74 — de autoria do Poder Executivo. Mensagem encaminhando anteprojeto de Lei que objetiva introduzir alterações que especifica, no Quadro de Funcionários do Tribunal de Justiça do Estado. Requerida vista pelo Senhor Deputado Erondy Silvério. — Deferido.

11) — PROJETO DE LEI N.º 88-74 — de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni. Declara de utilidade pública a Fundação Casa do Adolescente, com sede e foro nesta Capital. Relator: Deputado Nelson Buffara. Parecer: Favorável. — Aprovado.

12) — PROJETO DE LEI N.º 89-74 — de autoria do Sr. Deputado João Mansur. Cria uma Circunscrição de Trânsito na sede do Município de Matelândia, e jurisdição nos municípios de Santa Helena, Medianeira e Céu Azul. Relator: Deputado Nelson Buffara. Parecer: Favorável. — Aprovado.

13) — PROJETO DE LEI N.º 90-74 — de autoria do Sr. Deputado Olavo Ferreira. Declara de utilidade pública a Sociedade Claretiana de Educação e Assistência de Londrina. Relator: Deputado Quilse C. da Silva. Parecer: Favorável. — Aprovado.

14) — PROJETO DE LEI N.º 96-74 — de autoria do Sr. Deputado Igo Lasso. Declara de utilidade pública a Associação Evangélica Transmundo, com sede em Campo Mourão. Relator: Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Requer: seja convertido em diligência junto à Entidade. — Deferido.

15) — PROJETO DE LEI N.º 99-74 — de autoria do Sr. Deputado Maurício Frust. Concede título de cidadão honorário do Paraná a Helene Garfunkel. Relator: Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Parecer: Favorável. — Aprovado.

16) — PROJETO DE LEI N.º 109-74 — de autoria do Sr. Deputado Francisco Escorsin. Dá nova redação ao artigo 17, da Lei n.º 6.212, de 9-8-71. Relator: Deputado Erondy Silvério. Parecer: Favorável. — Aprovado.

17) — PROJETO DE LEI N.º 110-74 — de autoria do Poder Executivo. Mensagem encaminhando anteprojeto de Lei que visa isentar do pagamento de taxas estaduais e dos impostos a que se referem os incisos I e II, do artigo 23, da Constituição Federal, à Empresa Itaipu. Relator: Deputado Ivo Thomazoni. Parecer: Favorável com emendas. — Aprovado.

18) — PROJETO DE LEI N.º 114-74 — de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 39-74, encaminhando anteprojeto de Lei que abre crédito especial de Cr\$ 40.000,00, às despesas referentes a contribuições de Previdência Social, do Pessoal Temporário do Departamento de Divulgação do Estado. Relator: Deputado Ovídio Franzoni. Parecer: Favorável. — Aprovado.

19) — PROJETO DE LEI N.º 264-73 — de autoria do Sr. Deputado João Mansur. Declara de utilidade pública a Associação dos Municípios do Noroeste Paranaense, com sede e foro em Paranavai. Relator: Deputado Paulo Camargo. Parecer: Favorável. — Aprovado.

20) — PROPOSIÇÃO N.º 108-74 — de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 21-74, encaminhando cópia do Termo Aditivo ao convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Inera, para prorrogação de prazo a que se refere o convênio. Relator: Deputado Paulo Camargo. Parecer: Favorável com Projeto de Resolução. — Aprovado.

21) — PROPOSIÇÃO N.º 116-74 — de autoria do Tribunal de Justiça, digo do Contas do Estado, ofício solicitando sejam observadas disposições cons-

tantes no Provimento n.º 01-72-TC. Relator: Deputado Erondy Silvério. Parecer contrário. — Aprovado.

22) — PROPOSIÇÃO N.º 117-74 — de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 22-74, encaminhando cópias de convênios celebrados entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e os municípios que especifica. Relator: Deputado Erondy Silvério. Parecer favorável com Projeto de Resolução. — Aprovado.

23) — PROPOSIÇÃO N.º 120-74 — de autoria do Poder Executivo. Mensagem n.º 41-74, encaminhando cópia do convênio celebrado entre o Governo do Estado e a Sudesul e a Associação dos Municípios do Oeste do Paraná. Relator: Deputado Ivo Thomazoni. Parecer favorável com Projeto de Resolução. — Aprovado.

Foram apresentados, votados e aprovados os Relatórios apostos às PROPOSIÇÕES nrs. 145-74 — 146-74 — 147-74 — 148-74 — 149-74 — 150-74 — 151-74 — 152-74 — 153-74 — 154-74 e 156-74, todos concluindo que os vetos estão em condições de serem apreciados pelo Plenário desta Casa.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar e proferir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Fabiano Braga Côrtes, e por mim, Rita Celestino Soares, Secretária desta Comissão.

- a) Deputado Fabiano Braga Côrtes — Presidente.  
a) Rita Celestino Soares — Secretária.

#### COMISSÃO DE REDAÇÃO

#### 7.ª LEGISLATURA — 4.ª SESSÃO LEGISLATIVA

#### ATA DA 20.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e oito dias do mês de agosto do ano de hum mil novecentos e setenta e quatro, na Sala das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Gilberto Carvalho.

Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior. Como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, quando o Deputado Iris Caldart apresentou redação final aos seguintes processos:

PROJETO DE LEI N.º 444-68 — de autoria do Deputado Roberto Wypych, que outorga Título de Cidadão Honorário do Paraná ao Senhor João Medeiros Calmon.

PROJETO DE LEI N.º 93-70 — de autoria do Deputado Luiz Renato Malucelli, que denomina Grupo Escolar Reinaldo Caliman, o atual Grupo Escolar de Vila Operário, da sede do Município de Jandaia do Sul.

PROJETO DE LEI N.º 02-73 — de autoria do Deputado Quielise C. da Silva, que institui o Dia da Agropecuária, a ser comemorado no dia 19 de setembro de cada ano.

PROJETO DE LEI N.º 31-74 — de autoria do Poder Executivo — Mensagem n.º 15-74, encaminhando anteprojeto de lei que visa doar à Associação de Caridade — Proteção à Maternidade e à Infância de Rio Negro, o imóvel denominado Hospital Bom Jesus, de Rio Negro, de propriedade do Estado e dá outras providências.

PROJETO DE LEI N.º 43-74 — de autoria do Deputado Fuad Nacli, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Ginásio Nossa Senhora das Graças, de Cambará, uma caminhonete Chevrolet, ano 1.964, de propriedade do Estado.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 76-73 — Ex-Proposição 251-73, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova o convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Agricultura e o Ministério da Agricultura, visando desenvolver atividades de defesa sanitária, no Estado. — APROVADAS.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos dos quais para constar, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Lélcio Guimarães Sotto-Maior, Secretário da Comissão, para que produza os efeitos legais.

- aa) Gilberto Carvalho — Presidente.  
Lélcio Guimarães Sotto-Maior — Secretário.

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 444-68

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica outorgado o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Doutor João de Medeiros Calmon.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

- Sala das Comissões, em 28-8-74.  
aa) Gilberto Carvalho — Presidente.  
Iris Caldart  
Antônio Lopes Júnior  
Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 50-70

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica denominado Grupo Escolar Reinaldo Caliman, o atual Grupo Escolar de Vila Operário, da sede do Município de Jandaia do Sul.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-8-74.

- aa) Gilberto Carvalho — Presidente.  
Iris Caldart  
Antônio Lopes Júnior  
Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 02-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica instituído o "Dia da Agropecuária", a ser oficialmente comemorado em todo o Estado do Paraná, no dia 19 de setembro de cada ano.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-8-74.

- aa) Gilberto Carvalho — Presidente.  
Iris Caldart  
Antônio Lopes Júnior  
Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 31-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Associação de Caridade — Proteção à Maternidade e Infância de Rio Negro, o imóvel denominado Hospital Bom Jesus de Rio Negro, de propriedade do Estado do Paraná, constituído de um prédio em alvenaria de tijolos, com 1.678,00 m<sup>2</sup>, aproximadamente, e demais benfeitorias, edificado no terreno com a frente para a Praça João Pessoa Rua 7 de Setembro e Avenida Xavier da Silva, adquirido conforme transcrição de n.º 3.425, fls. 302 do Livro 3-D e n.º 3.743, fls. 395 do Livro 3-D do Registro de Imóveis da Comarca de Rio Negro.

Art. 2.º — O imóvel objeto da doação, de que trata o artigo anterior, somente poderá ser utilizado para fins hospitalares, não podendo em qualquer tempo, ser transferido para terceiros, ou utilizado para outros fins, sob pena de reversão do mesmo ao patrimônio do Estado, independente de qualquer interpelação ou notificação.

Art. 3.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-8-74.

- aa) Gilberto Carvalho — Presidente.  
Iris Caldart  
Antônio Lopes Júnior  
Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI N.º 43-74

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Ginásio Nossa Senhora das Graças de Cambará, um veículo com as seguintes características: Caminhonete Chevrolet, modelo pick-up, ano de fabricação 1964, chassis n.º G-64-P44.844-M, de 6 cilindros, 142 HP, placa CE-0965, certificado de propriedade série A-296.425, DETRAN-PR, cor verde e branca.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-8-74.

- aa) Gilberto Carvalho — Presidente.  
Iris Caldart  
Antônio Lopes Júnior  
Relatores

#### REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 76-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### RESOLVE:

Art. 1.º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 27 de setembro de 1973, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura, e o Ministério da Agricultura, visando desenvolver as atividades de defesa sanitária do Estado.

Art. 2.º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 28-8-74.

- aa) Gilberto Carvalho — Presidente.  
Iris Caldart  
Antônio Lopes Júnior  
Relatores